

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

Memória de Onde, Memória de Quem

Renato Trevisan

Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro – São Paulo

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

RENATO TREVISAN

MEMÓRIA DE ONDE, MEMÓRIA DE QUEM.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2013

981.611 Trevisan, Renato
T814m Memória de onde, memória de quem / Renato Trevisan. -
Rio Claro, 2014
49 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas
Orientador: Samuel Frederico

1. Rio Claro (SP) - História 2. Cidades - Clubes sociais
negros - Importância. 3. Formação espacial. 4. História oral. I.
Título.

RENATO TREVISAN

MEMÓRIA DE ONDE, MEMÓRIA DE QUEM.

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Samuel Frederico (orientador)

Profª. Drª. Bernadete A. C. de Castro

Ma. Ana Carolina Rios Gomes

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho à memória da Professora Samira Peduti Kahil e da Griô Angela Gonzaga. Não tenho outra convicção que as batalhas realizadas por estas duas mulheres me servem de inspiração e exemplo, e que suas ideias formaram a base destas ideias, incentivando a busca por compreender novos caminhos e pensamentos. A memória de vocês se propaga pelo tempo e pelo espaço. E isso nós da esperança para as velhas e novas batalhas.

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho tentei entender um pouco mais as relações que existiam entre os lugares, as pessoas e aquilo que nós guardamos de tudo isso. O quão de cada lugar, pessoa ou história faz parte de nós mesmos, enfim, procurar entender um pouco do conteúdo da existência dos homens e mulheres em suas trajetórias espaciais e temporais. Uma tarefa que não poderia se realizar sem que eu mesmo exercitasse e sentisse isso ao longo deste período de graduação. Experiências que, certamente, tem reflexões sobre neste trabalho.

De certo que aqui estão presentes todos os lugares que passei e pessoas que conheci. Desde os grandes amigos da Vila Anhembi até os grandes professores que conheci. Não poderei recordar e mesmo citar todas essas pessoas neste pequeno espaço de recordações. Além de das injustiças cometidas pelo esquecimento, seria curto demais para se explicar a importância de tal pessoa, lugar ou fato. Desta forma, deixarei aqui minhas recordações e agradecimentos às pessoas que diretamente estiveram próximas e que tornaram possível este período mais recente de graduação.

Agradeço aos funcionários, professores e companheiros da UNESP/Rio Claro por toda estrutura e conhecimento que pude construir nesta etapa. Foram anos em que muitas lutas foram travadas e que em meio a conquistas e perdas muitas reflexões e visões foram construídas. E daqueles que destes processos participaram, acredito ter sido mais um que se sente bem formado através das relações traçadas além das salas de aulas e dos longos períodos solitários de leitura – isso quer dizer que a experiência é uma ótima companheira para o que aprendemos nos livros, e não uma negação ao livro. Agradeço pela casa que me acolheu e gostaria de agradecer aos professores Rosa Maria Cavalari, Ligia Aguiar, Marilena de Camargo, José Gilberto de Souza, Elson Luciano Pires e Silvana Pintaui, a valorização da crítica ativa e o comprometimento com o público servem de exemplo para a formação de alunos mais otimistas com as novas ideias e possibilidades do mundo atual. Ainda mais num período em que a universidade tem se tornado num campo árido às ideias, e fértil às demandas tecnocráticas.

Ao Arquivo Público pela oportunidade de realizar um período importantíssimo de estágio no qual pude tomar contado com questões importantes para a cidade através da valorização da memória local. Muito obrigado à Maria Teresa de Arruda, Carol Rios, Taci Panini, Marli, Elaine e Vitão.

Jamais deixaria de agradecer aos Professores que tornaram possível este trabalho um tanto dispare de suas linhas de atuação e que nunca me negaram apoio ou caminhos. Muito obrigado Prof^a. Dr^a. Bernadete de Castro e Prof. Dr. Samuel Frederico. Um pensamento novo com certeza depende destes posicionamentos. Espero que ainda tenhamos trabalhos pela frente!

Gostaria de agradecer aos amigos que tive a felicidade de conhecer e dividir o cotidiano, os sonhos, as esperanças, os planos e as cervejas. Aqueles que sob o mesmo teto pudemos entender, ou nos grupos de estudos e entidades estudantis começamos a conhecer.

Da turma de Geografia 2007 Integral, as companheiras Jeca (Jéssica F. da Cruz) e Lurdinha (Luiza). Felipe Porto, o brother do cotidiano lento e das segundas vazias de Rio Claro. À Fernanda e Lola que quebravam os silêncios e a monotonia nossa de cada dia! E toda Vuco de 2009, pela irmandade.

Agradeço aos irmãos que tenho da Sede. Trabalhando, estudando, discutindo e festejando cada momento possível da breve jornada compartilhada. Um salve a todos os irmãos: BH, Chicão, Fanto, Felipe, Lincoln, Lui, Mizu, Panceta, Salame e Zucão. Valeu por acreditar e por trocar. Há um pedaço de vocês nisso tudo. Um grande pedaço!

Por ultimo, acredito que são as palavras que mais custam a serem escritas, pois gostaria de escolhê-las com o mesmo cuidado e carinho que as recebi destas pessoas. Umas que tive ao longo de minha vida, outras que tive a sorte de ouvir e outras palavras que a pouco tenho a felicidade de ouvir.

Para Maria Z. Zupelari, que me orientou, me orienta e desorienta. Não minto ao dizer que no texto que segue existem palavras dela e que foram escritas por mim. Palavras escritas por sua ternura e pelo carinho que me fez sentir a cada ano que passamos juntos - antes mesmo de pensar neste trabalho. Você foi fundamental todo esse tempo e não só para este trabalho. É ótimo estar ao seu lado, em qualquer tempo e espaço.

Não gostaria apenas de agradecer por sentir que este trabalho é parte representante de algo maior. E penso que aqui estão sintetizados momentos de uma trajetória que não poderia ter sido construída sozinho. À meus pais Marilena e Ivan gostaria de oferecer-lhes esta parcela de tudo que aprendi ao lado de vocês, de todas as escolhas que tomamos em conjunto desde pequeno. Por todas as condições e lutas que travaram para

que pudesse chegar até aqui, mas que soubesse compreender o que significava cada passo de uma caminhada. Realmente é difícil encontrar palavras para se representar algo grande. Como estar ao lado de vocês todos esses anos. Obrigado mãe, pai, irmã e vó!

RESUMO

A formação espacial da cidade de Rio Claro preserva muitos traços da problemática transição da mão-de-obra escravista para assalariada, ao final do século XIX, quando se originou o padrão de sociabilidade bipolar racial tácito, imprimindo ao espaço urbano rio-clarense formas “de negros” e formas “de brancos”. Os clubes associativos de raça, *José do Patrocínio* e *Tamoio*, são dois desses objetos de uso exclusivo de grupos raciais. Os clubes associativos de raça indicam a existência de conflitos em sua formação, assim como na sua existência atual, eles são formas que preservam em si os códigos e as histórias de luta do movimento negro local, na busca por direitos e por um lugar autônomo na sociedade local. No atual contexto, onde os espaços cada vez mais estão ao alcance de interesses mercadológicos, e, os espíritos encontram-se em confusão. Qual é o valor destes espaços para os atores que o construíram e que ali se formaram? As versões e narrativas, a partir de depoimentos orais, nos possibilitarão compreender as dimensões existentes na relação entre os lugares e a memória, para podermos, assim, evidenciar a importância do patrimônio e das políticas patrimoniais para as cidades no atual período histórico de mundialização do espaço geográfico.

Palavras chave: Formação Espacial, Clubes Sociais Negros, Rio Claro

ABSTRACT

The spatial formation of Rio Claro city preserves several features of the problematic transition from the slave to remunerated labor in the late 20th, when the tacit ethnic bipolar sociability standard emerged, imprinting “black” and “white” forms to the city’s urban space. The ethnic social clubs *José do Patrocínio* and *Tamoio*, are two objects of ethnic groups’ exclusive use. Such ethnic social clubs indicate the existence of conflicts in their formation, as well as in their present existence, they are forms that preserve in themselves the codes and histories of the local black movement’s fight for their rights and for an autonomous place in the local society. In the present context the spaces are increasingly subjected to commercial interests and the spirits are embedded in confusion. What is the value of these spaces for the subjects who built them? The versions and narratives from oral accounts will allow us to understand the existing dimensions in the relation between the places and the memory, evidencing the importance of the patrimony and the patrimonial policies to the cities in the present historical period of geographic space globalization.

Word Keys: Spatial Formation, Ethnic Social Club, Rio Claro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DA HISTÓRIA POLÍTICA À HISTÓRIA ORAL	5
2.1. HISTÓRIA ORAL	9
3. FORMAÇÃO SOCIO ESPACIAL E SISTEMA BIRRACIAL	13
3.1. UM SOPRO DE VIDA EM RIO CLARO	17
4. UMA CIDADE PARA POUCOS LUGARES	23
4.1. O BREVE SENTIMENTO DE MUDANÇA – DE 1930 A 1945	23
4.2. CONCRETA PERSEVERANÇA – 1945 A 1967	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. INTRODUÇÃO

Durante o período de estágio em produção audiovisual no Projeto “Portal Memória Viva: arte, cultura e história” do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” tive contato com diversas problemáticas relevantes para a formação da cidade como: as organizações que giravam em torno dos grupos ferroviários; os aspectos germinais do integralismo local e nacional; período de ditadura civil-militar da cidade e os grupos resistentes e oprimidos pelo regime; e alguns movimentos sociais que aqui se desenvolveram, entre outros. Dentre esses aspectos da formação sócio-espacial, foram os debates em torno da problemática racial relacionado à comunidade negra da cidade que me sensibilizaram mais¹. O contato com os integrantes da comunidade negra local e a realização conjunta de eventos, entrevistas e cursos a respeito da temática racial me despertou o interesse em entender como e qual a importância que o espaço geográfico tem para a preservação da identidade e memória coletividade negra. Dentre as diversas possibilidades empíricas de estudo, daremos enfoque ao estudo dos clubes associativos de raça² como uma forma que abriga histórias, conflitos, alianças, símbolos e memória.

Rio Claro, assim como o oeste paulista, detém as marcas da expansão da lavoura cafeeira da segunda metade do século XIX. Impulsionados pela descoberta de ouro e diamantes no centro-oeste, o local passou a ser ocupado por viajantes e pequenos comerciantes devido ao crescente tráfego de mineradores. Nesta época, as terras concedidas pelo sistema sesmarial, que vigorava por todo território nacional, eram menosprezadas pelos seus supostos donos (sesmeiros), permitindo a ocupação de terras pelos viajantes ou por posseiros que procuravam no sertão a possibilidade de reproduzir sua força de trabalho longe das imposições e opressões das crescentes vilas.

A expansão da lavoura cafeeira para a região acendeu o interesse econômico dos sesmeiros que fizeram valer seus registros de doações, num violento processo de desocupação daqueles primeiros habitantes da área de São João do Rio Claro. Aqui, o mercado fundiário e as perspectivas da produção do café atraíram especuladores e

¹ Poderíamos citar como exemplo: A divisão e formação dos bairros, a distribuição das figueiras e praças com seus significados, o papel das irmandades católicas e a participação do negro nas igrejas e terreiros como evidência dessa herança marcante para as relações sociais na cidade.

² Os clubes sociais negros representam espaços de identificação entre os membros de uma comunidade, trataremos do tema com maior profundidade no terceiro capítulo deste trabalho.

grandes fazendeiros. E com estes últimos, uma grande quantidade de escravos que mais uma vez eram forçados a deixar para trás qualquer relação que construíram, para aqui se reorganizar ao sabor da tirania empreendedora dos grandes fazendeiros.

Além de aristocratas e escravos, a região da grande lavoura cafeeira recebeu um enorme contingente de ludibriados imigrantes europeus em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem à este rincão, se viram presos à semelhantes condições de vida que os escravos, mas agora presos às dívidas e não às correntes como os trabalhadores negros - na região é emblemático o caso da revolta da fazenda Ibicaba, liderada pelo suíço Thomas Davatz³. Um sopro inicial de vida que estava muito mais associado à opressão e encarceramento do que propriamente à vida de seus habitantes, a não ser daqueles mais abastados.

Independente da insistência das classes dominantes, a crise da mão de obra escrava não apresentava melhoras, e cada vez mais o projeto de branqueamento das classes trabalhadoras - via imigração europeia - parecia se sedimentar como a solução mais viável ao Estado e às classes dominantes. O fluxo que se iniciara em meados do século XIX durou aproximadamente cem anos, sustentando a penosa transição político-econômica do país - do regime imperial ao regime republicano, acompanhado pela mudança do regime escravocrata ao regime assalariado de trabalho – que construiu um quadro demográfico predominantemente branco na cidade de Rio Claro.

O processo de transição, como aponta DEAN (1977), foi e é um dos principais eventos que originaram grandes problemas sociais do país. No caso de Rio Claro, Flávia Alessandra de Souza Pereira (2008) aponta que a diferencial inserção de negros e brancos às novas condições de vida – com a segregação dos negros e a ascensão dos imigrantes italianos brancos - foi responsável pela consolidação do sistema social birracializado, no qual podemos perceber um campo de forças que moldaram a configuração da cidade⁴, formas resistentes ainda hoje nas estruturas sociais e espaciais. Desta forma, o espaço urbano rio-clarense foi cunhado, desde o início de sua ocupação

³ DAVATZ, Thomas - Memórias de um colono no Brasil : (1850), São Paulo : EDUSP, 198

⁴ “É de fundamental valor destacar que o sistema racial bipolar tácito[...] inflamou coletivamente os negros e os levou a construir seus próprios esquemas de vida em sociedade no plano local. Nesse sentido é que chamamos a atenção para a existência de um projeto negro de concentração social negra em Rio Claro. [...] Por meio de suas organizações exclusivas, os negros de Rio Claro construíam o que chamamos de espelhamento negro, ou seja, contextos de fomento à identidade racial coletiva negra.” (Pereira, 2008, p.133)

no século XX, em “lugares dos brancos” e “lugares dos negros”. Ou seja, o uso do território local esteve e está localmente pautado pela ideia de raça e identidade cultural.

Em Rio Claro, a partir de meados do século XVIII, foi instaurado um código de postura municipal (Código de Postura), que limitava a circulação de escravos pela cidade durante a noite sem o consentimento dos seus donos. E o mesmo código passa a limitar a presença das danças, batuques e outros festejos de escravos negros na área urbana. (NASCIMENTO; 2005 apud CASTRO, 2013, p.5)

Embora este padrão de sociabilidade birracializado se reproduza a partir de seus elementos, não podemos desconsiderar que a própria estrutura política-institucional contribuiu com mecanismos discriminatórios neste período, revelando até mesmo sua posição dentro desta divisão. A organização social dos negros estimulada pelo jornal Clarim da Alvorada e pela criação da Frente Negra Brasileira “bateu às portas” de Rio Claro, dando origem a uma série de associações dedicadas a elevar a condição moral e social da raça. Estes primeiros clubes não detinham um lugar próprio, e muitas vezes a sorte das festividades, eventos, reuniões, atividades cotidianas e reivindicações dependiam das relações da comunidade negra dentro do quadro político local, a cada situação – e se tratando da história política brasileira, podemos inferir que esse quadro político assumiu diversas formas. Eram os *espaços intermitentes de raça* (PEREIRA, 2008) que estavam ao alcance das mobilizações negras.

O acesso à “casa própria” só ocorreu ao final dos anos 1950, fruto de grande mobilização e negociação política entre os militantes negros da cidade, tendo em vista a escassez econômica que a maioria da população negra esteve submetida ao longo de toda sua história, que a impossibilitou da posse de um espaço fixo – diferentemente de outras agremiações e entidades pertencentes a grupos mais abastados. A concessão de dois terrenos no regime de comodato às agremiações “Sociedade Dansante Recreativa José do Patrocínio” e ao “Tamoio Futebol Clube”, só veio a ocorrer depois de longas mobilizações e tratativas da comunidade negra e os políticos locais desde a década de 1930. Condição que se perduraria até a finalização das obras em 1967, quando de fato a comunidade negra conquistou um *espaço permanente de raça* – mesmo que assegurado pela renovação de comodatos.

Símbolo de uma luta política, os clubes associativos de raça são “rugosidades” decorrentes do processo de formação sócio-espacial do território brasileiro que na cidade em questão encontrara uma especificidade concreta (Santos, 1977).

Os conflitos e as contradições que estiveram presentes no processo de formação dos clubes, certamente, não são os mesmos que os enfrentados atualmente. Se no passado a opressão e a discriminação que marginalizava e restringia o espaço da comunidade negra emanava da elite política local, atualmente com a globalização do espaço, a expansão urbana e as imposições do mercado forçam os lugares a assumirem conteúdos cada vez mais próximos de uso mercantil, e mais distantes “de sua função social no fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar e na edificação da cidadania” (COSTA, 2008, p.56).

Porém a memória dos militantes, mobilizações, atividades e conquistas que permanecem no clube estimulam novos agentes a encontrarem caminhos para dar continuidade às conquistas passadas. Espera-se que novas formas de organização e articulação daí surjam como em outros períodos da história da cidade.

Este trabalho tem a intenção de utilizar da metodologia da história oral para descobrir quais os conteúdos que o movimento histórico atual procura imprimir ao espaço dos clubes, e quais os desafios para os novos participantes. Ao mesmo tempo, nos é importante compreender qual o papel da memória coletiva para os novos agentes, e consecutivamente como estão presentes no conteúdo destes lugares. Ademais, nos resta o desafio de identificar se a memória e os depoimentos orais podem vir a ser um dado importante na análise das formações espaciais, revelando facetas “esquecidas” pela unilateralidade científica.

Consideradas patrimônios culturais pela comunidade negra de Rio Claro, mas constantemente ignoradas pelas instituições políticas locais e nacionais, pretendemos analisar o valor que os clubes associativos de raça têm para o conjunto da sociedade através da perspectiva da comunidade negra, buscando trazer à superfície a importância da memória para a construção da cidadania.

2. DA HISTÓRIA POLÍTICA À HISTÓRIA ORAL

Ao longo do desenvolvimento do pensamento histórico existiram diversas formas e gêneros de escrita sobre a presença do homem na terra, sendo um grande erro, portanto, eleger uma delas como representativa de seu conjunto. Mas, no interior deste processo, podemos identificar correntes e gêneros que foram, ou ainda são, predominantes no conjunto das linhas de pensamento.

Consideraremos a História Política como o gênero narrativo institucionalizado, e dessa forma, o modelo e a referência para a historiografia. A História Política, assim como outras correntes, está presente desde períodos anteriores ao século XIX, porém neste momento deu-se o encontro do conhecimento histórico com o conhecimento científico, no período de formação dos Estados Nacionais modernos. A relevante contribuição das ciências humanas para a História foi a introdução dos métodos na produção de conhecimento. Assim, neste campo, foi no século XIX em que a história adquiriu o status de conhecimento científico.

A elaboração do conhecimento científico no século XIX encontra princípios no paradigma positivista, que orienta as ciências naturais e humanas. Leopold Von Ranke, representante mais conhecido da história científica deste período, introduziu à ciência histórica os métodos e os fundamentos teóricos deste paradigma: o caráter linear e cronológico da história; o fato como objeto de estudos; a fonte primária textual como substrato objetivo da reconstrução histórica. Tornando-se o modelo científico do conhecimento histórico.

A formação do Estado-Nação foi fundamental para o processo de institucionalização, trazendo historiadores políticos para dentro das universidades e da estrutura política com o objetivo de elaborar narrativas históricas de personagens e momentos importantes da construção das nacionalidades. Embora este processo de legitimação e institucionalização da ciência histórica tenha marginalizado gêneros da história sociocultural, estes permaneceram ativos, mesmo que muitas vezes subestimados.

No começo do século XX a História Política viu seu alicerce teórico-metodológico ser contestado por certos grupos de historiadores, dentre eles aquele que ficou conhecido como a *Escola do Annales*. Este movimento francês, de 1929,

organizado por Lucien Febvre e March Bloch, propôs na revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” a mudança dos objetivos, objetos e métodos da historiografia.

Inicialmente o conteúdo da revista foi majoritariamente composto por historiadores socioculturais que apresentavam narrativas permeadas por conceitos e noções de outras áreas das ciências sociais, tais como: geografia; economia; sociologia; arqueologia; psicologia e antropologia. Além disso, a revista era uma referência direta à revista organizada por Vidal de La Blache – antigo professor de Lucien Febvre. O formato e o projeto da revista expõem uma característica que sintetiza toda a reivindicação científica deste grupo de historiadores, a interdisciplinaridade. Através deste debate com as outras ciências sociais, a história pôde encontrar caminhos para elaborar sínteses históricas mais abrangentes, explicando ligações fundamentais e suas diversidades no meio social.

A princípio, a noção de “Escola” como um conjunto homogêneo de ideias foi rejeitada pelos principais articuladores da revista, devido à existência de divergências teóricas entre eles. A rejeição dos pensadores das gerações seguintes a intitular-se como “Escola dos Annales” manteve-se, apesar deste grupo ser compreendido, externamente, como uma tradição do pensamento. (BURKE, 2010)

No entanto, Ciro Flamarion Cardoso (1997) aponta que a existência de divergência entre autores das gerações seguintes não eliminou a continuidade das transformações na historiografia formuladas inicialmente, pelo contrário, consolidaram-nas. Cardoso aponta os principais aspectos desta “revolução historiográfica francesa” para o pensamento histórico. Resumidamente, os oito aspectos desta mudança são os seguintes:

1. A história como uma ciência em construção: a necessidade de passar de uma “história-narração” à uma “história-problema”, mediante a formulação de hipóteses de trabalho;
2. O debate crítico permanente com as ciências sociais, incorporando problemáticas, conceitos, métodos e técnicas;
3. A busca por uma síntese histórica global do social, explicando a vinculação existente entre técnicas, economia, poder e mentalidades, mas também as oposições e as diferenças de ritmos e fases entre os diferentes níveis sociais;

4. História inclinada aos aspectos coletivos, sociais e repetitivos do sócio-histórico: razão pelo interesse maior pelas temáticas econômicas, demográficas e relativas às mentalidades coletivas;
5. Ampliação do conceito de fontes históricas: uso da história oral, dos vestígios arqueológicos, da iconografia aliadas às fontes escritas;
6. A consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade: a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio (e múltiplo) das conjunturas, a longa duração das estruturas;
7. A preocupação com o espaço, inaugurada com “O Mediterrâneo” de Fernand Braudel;
8. A história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente”, simultaneamente.

Tais mudanças epistemológicas tornaram-se a base do pensamento historiográfico atual, consolidando o paradigma da história-problema. O cotidiano, a mentalidade e a coletividade foram valorizados para a História e outras Ciências Sociais, conjuntamente com o reconhecimento da importância de outras fontes como substrato para as Ciências Humanas, e assim o detalhamento das condições analisadas e a maior aproximação das camadas sociais não incluídas nas formas convencionais de conhecimento tornaram-se possíveis.

Se anteriormente o documento limitava-se a uma carta de algum monarca, ou memórias de um personagem marcante do alto clero ou ordens jurídicas, após a expansão do conceito de documento (LE GOFF) e das relações existentes na elaboração do fato histórico (E.H.CARR), a experiência dos sujeitos indicam caminhos para compreender aspectos relevantes da realidade social. A compreensão de documentos ampliou-se para peças arqueológicas, memorandos, quadros ou gravuras. Esta mudança fortaleceu e possibilitou que outras versões, diferentes das instituições, compoñham e exerçam seu poder de voz nas pesquisas científicas.

“Sob a liderança de Febvre os revolucionários intelectuais souberam conquistar o *establishment* histórico francês.” (BURKE, 1998, pg. 44), na medida em que seu método de análise histórica passou a ser empregado como referência para a ampla divulgação da História da França, tal qual da Europa. Apesar do êxito da tradição de Febvre, estas alterações epistêmicas ainda não encontram o mesmo valor perante os cientistas sociais, principalmente no que concerne à utilização de documentos orais.

Certamente o uso de fontes orais nas ciências humanas não é recente, e demonstra a diversidade de gêneros narrativos, resistentes à hegemonia do modelo narrativo institucionalizado. É necessário ressaltar que além das barreiras teóricas e metodológicas, o seu uso enfrentava barreiras técnicas que dificultavam a produção e preservação das fontes para historiadores futuros. O avanço técnico de gravadores sonoros, nos anos 1940, conheceu sistemas mais simples de armazenamento em pequena escala e superou tais dificuldades práticas a fim de consolidar a fonte oral como documento. Alguns historiadores, institutos e universidades iniciaram projetos visando constituir acervos de fontes orais relevantes para a história e preservação da memória.

Institucionalmente, podemos datar 1948 como o primeiro registro de produção de documentação oral, realizada por Allan Nevis na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. O intitulado “*The Oral History Project*” dedicou-se a registrar entrevistas com gravadores eletrônicos e constituir acervo da memória de homens socialmente reconhecidos – os “*greats men*”. Estendendo-se durante a década de setenta por meio da criação de novos projetos desta natureza em universidades, organizações governamentais e empresariais.

Diferentemente do projeto americano – de natureza arquivística da história política do país -, o que conhecemos como Moderna História Oral⁵ foi praticado pela primeira vez na experiência inglesa dos anos 1960 na Universidade de Essex, priorizando o registro de depoimentos orais de pessoas comuns e idosos - “*ordinary people*” -, o projeto idealizado pelo historiador Paul Richard Thompson ampliou-se com a fundação da *British National Sound Archive*, constituindo atualmente um dos maiores acervos orais do mundo. O modelo britânico foi a principal referência para a expansão de projetos semelhantes para outros países europeus – inicialmente voltados para a memória das guerras -, e posteriormente ressoando na América Latina, China e Austrália.

No Brasil, a consolidação da Moderna História Oral ocorreu apenas em 1994 a partir da criação da Associação Brasileira de História Oral, devido à aguda repressão e

⁵ “Denominamos de Moderna História Oral àquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método.” (FREITAS, S. M. 2002, p.27).

limitação ao desenvolvimento das ciências sociais brasileiras durante o regime golpista-ditatorial de 1964⁶.

Assim, projetos desta natureza floresceram em atividades acadêmicas – Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP-SP, UEL-PR, UFSC-SC - e arquivísticas - Museu da Imagem e do Som/SP e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/RJ- a fim de constituir a memória nacional.

É perceptível que tanto a produção de fontes orais como a sua relação com o conhecimento científico variam quanto à proposta metodológica (a centralidade ou não da documentação oral; o que é considerado fonte oral; métodos de entrevista, gravação e armazenamento; entre outras).

2.1. HISTÓRIA ORAL

A História Oral surge como uma proposta para a inserção do uso e da validade de fontes orais, pretendendo, de modo geral, a realização e utilização de entrevistas programadas com o objetivo de registrar a narrativa de experiências humanas. Tratando-se de um amplo objetivo, a trajetória da História Oral é marcada por intensos debates a respeito de sua natureza e de seus limites, gerando três possíveis acepções da História Oral enquanto: técnica, disciplina, ou método.

Como técnica, a História Oral é enquadrada funcionalmente a produzir e arquivar documentos orais adequadamente. A ela não caberia discutir os procedimentos pré-entrevista ou pós-entrevista, apenas prestar suporte ao entrevistador e entrevistado, eximindo-se de analisar o conteúdo e a forma das narrativas.

Na direção contrária, os oralistas atribuem à História Oral a categoria de uma disciplina, responsável pela elaboração de uma “história alternativa”. Para eles, a História Oral vai além da produção e arquivamento de fontes orais, propondo-se a questionar e explicar a realidade concreta através de um sistema conceitual próprio, apoiado exclusivamente no registro de entrevistas programadas. Somado a isso, a

⁶ Como aponta José Carlos Sebe Bom Meihy: “Sem liberdade não se pode pensar em depoimentos gravados livremente; pelo contrário, sabe-se também que as gravações são suspeitas sob os regimes ditatoriais. Isso afetou diretamente o progresso da história oral no Brasil – bem como nos países atingidos por regimes de força -, e foi preciso tempo para que seu desenvolvimento se processasse.”

História Oral alega sua diferença por conter a perspectiva de minorias e de excluídos pela sociedade - e consequentemente pelas instituições que produzem o conhecimento.

No entendimento de seus idealizadores, a inovação que garante o alcance e autonomia da História Oral enquanto disciplina está em seus objetos (como o estudo das minorias; história do cotidiano e da vida privada; da história local) e em sua abordagem (“que dão preferência à uma ‘história vista de baixo” (ETIENNE in DE MORAES FERREIRA e AMADO, 1996).

A discussão da História Oral enquanto metodologia de pesquisa tem se ampliado e ganhado novos praticantes ao longo dos últimos anos (JOUTARD in DE MORAES FERREIRA E AMADO, 1996). O historiador François Etienne (1996) afirma que a contribuição desta prática para o alargamento de perspectivas dentro das ciências sociais afirma seu potencial documental e heurístico, além de indicar outras dimensões existentes na relação sujeito e objeto, a partir da relação travada pelo pesquisador e o sujeito histórico entrevistado. Ocorrendo num erro considerá-la apenas como uma prática.

Se a acepção técnica é restrita demais às potencialidades da História Oral, considerá-la como disciplina culminaria em outro engano. O autor supracitado alerta para a sua fragilidade teórica, ausente de um sistema conceitual capaz de formular explicações e de estabelecer relações amplas, não sendo rara a recorrência a sistemas teóricos mais abrangentes de outras disciplinas nas Ciências Humanas, reforçando a função metodológica para produção do conhecimento.

Na definição de Sônia Maria de Freitas (2002),

História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. [...] a história oral é técnica e fonte, por meio das quais se produz conhecimento. (p.18)

Para José Carlos Sebe Bom Meihy a História Oral cumpre a função de mediar a relação entre memória e ciências sociais ao cristalizar o passado dinâmico da memória em documentos escritos por meio da transcrição de entrevistas (MEIHY, 2005, P.61). Para o autor, a memória, a forma narrativa, e o contexto no qual as lembranças foram evocadas misturam-se na verbalização. Estes aspectos presentes na ação mnemônica revelam que a memória não se trata de um reservatório de nossas experiências e que podemos reavivá-las ao “escavarmos” sua profundidade, pois vista desta forma poderia anular a condição temporal, espacial e cultural do momento em que “registramos” e o momento em que recordamos e relatamos o que vivemos. A memória é, a priori, o ato

de construir e reconstruir os eventos passados com as “ferramentas” e o “olhar” do momento em que recordamos.

Ecléa Bosi (1998, p.54), em releitura dos estudos clássicos sobre a memória, aponta um dos caminhos para pensar o ato mnemônico enquanto fenômeno social: a psicologia social de Maurice Halbwachs. Nesta abordagem, durkheimiana, a memória passa a ser definida pelas relações existentes entre o sujeito e as instituições sociais – como família, escola, classe social, religião, dentre outras, mediados através da linguagem, conformariam o espírito do homem através das normas sociais que carregam nas “convenções verbais”.

Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende-se que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalha noções gerais veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. (p.59)

Nesta acepção, a memória mostra-se como um dado da vida social válido à interpretação de variadas questões e fenômenos sociais, dentre eles o espaço geográfico – e este é o nosso desafio. Enquanto fenômeno social a evocação e a narração da memória podem, a priori, indicar novos rumos e caminhos para a compreensão do espaço geográfico, como se mostram potenciais identificadores de contradições ou de compatibilidades durante o processo de formação sócio-espacial.

Tendo em vista o objeto a ser estudado, optamos pelo gênero da História Oral Temática como o mais apropriado à abordagem de assuntos específicos. A proposta metodológica prioriza a comparação entre narrativas e versões a respeito de temas em comum – identificando divergências e repetições valiosas para criticar o caráter das versões históricas oficializadas -, e por este motivo serão realizadas entrevistas com variados colaboradores por um mesmo roteiro. Os critérios principais para a escolha dos colaboradores foram os seguintes: idade; período em que frequentou os clubes; profissão; histórico pessoal e familiar de participação nas organizações da comunidade negra rio-clarense; Trabalharemos apenas com membros da comunidade negra de Rio Claro. Embora equidade entre os gêneros sexuais⁷ seja de vital importância para a

⁷ Nos trabalhos de História Oral é comum a diferenciação por gênero. Não só as impressões e memórias são distintas, mas a própria construção social da linguagem e as elaborações narrativas diferem entre homens e mulheres. Assim, fica claro que esta equidade de gênero não visa anular esta variável, mas apurar ainda mais suas dissidências, para análises mais abrangentes.

pesquisa em história oral, neta pesquisa não consegui realizar as entrevistas com sujeitos do sexo masculino. Utilizaremos o depoimento de duas participantes da comunidade negra rio-clarense: Kizie de Paula Aguiar, 32 anos, divorciada; e Taína Cristina Gasparoto, 29 anos, casada.

A colaboração de sujeitos, que no período dos anos noventa, eram jovens e com histórico pessoal e familiar de participação nestes clubes nos é importante, levando em consideração que no período da adolescência que recebiam as primeiras responsabilidades organizativas dentro dos clubes e das escolas de samba, muitas vezes estimulada pela proximidade que a família tinha com estes locais. Além de experienciarem outros eventos da cidade com mais autonomia, são maiores as possibilidades de interpretar o conjunto simbólico que os envolvem. Por essa razão optamos por colaboradores que eram jovens durante a década de noventa - entre 15 e 25 anos – e que hoje estão na faixa etária de 25 a 35 anos.

Desta forma, a História Oral apresenta-se como caminho para compreender a importância dos Clubes Associativos de Raça para a Comunidade Negra da cidade de Rio Claro. Por mais que a carência de fontes documentais pudesse ser justificativa dos motivos para sua escolha, ela não é a principal razão. Pretendemos não só formular documentos e fontes para pesquisas futuras dos clubes, mas fazê-los baseados na memória de pessoas que foram formadas por meio de, e, simultaneamente, formaram os clubes. Sujeitos que atualmente utilizam, e conferem conteúdo a estes lugares, através de práticas e noções passadas e presentes.

Construídos durante a década de cinquenta, os espaços dos clubes associativos de raça podem passar despercebidos ou destituídos de valor explicativo para o entendimento das contradições e conflitos presentes na cidade, caso desconsideremos o seu conteúdo histórico e o seu valor para aqueles que o habitam. Estes espaços representam contradições e conflitos que acompanharam a trajetória da cidade, como será discutido ao longo do trabalho.

3. FORMAÇÃO SOCIO ESPACIAL E SISTEMA BIRRACIAL

Entender as possibilidades de ação do homem na atualidade não é uma tarefa simples, e muitas vezes atribuímos às grandezas escalares dos acontecimentos o principal fator de tamanha dificuldade, negligenciando que a própria particularidade detém complexidades tão misteriosas quanto.

A experiência adquirida durante o Estágio no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro indicou o quão sinuoso pode ser o processo de pesquisa a respeito das relações e fatores influentes na conformação dos locais. A vontade de ampliar a dimensão de tais influências é a razão em buscar explicações.

A partir do histórico da cidade podemos enxergar nas relações entre os Clubes Sociais – ou Associativos - de Raça e a cidade de Rio Claro um caminho para ampliar a compreensão, sobre alguns aspectos, da formação de tal sociedade. Lançamos-nos ao desafio de compreender essa relação através do discurso, da narrativa e das memórias dos construtores e participantes de tais Clubes, a saber, a Comunidade Negra Rio Clareense⁸.

De certo que a sucessão histórica dos acontecimentos e sua natureza são fatores significativos para as características da cidade, porém necessitamos de um instrumental teórico que nos auxilie a encontrar a unidade entre as lógicas destas sucessões, os relatos dos participantes dos clubes sociais e o espaço geográfico. Ou, como diz Santos (1977), um instrumental capaz de unir “a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local” para compreendermos a “realidade espacial” que pode ser encontrada numa elaboração geográfica da clássica categoria marxista de Formação Social.

No significativo texto de Milton Santos, de 1977, “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”, encontra-se um conjunto de autores,

⁸ Gostaria de esclarecer que a utilização de narrativas e informações cedidas pelos colaboradores através de entrevistas baseadas na metodologia de História Oral (Capítulo I), tem a intenção de inserir a versão histórica destes personagens para as formulações científicas. Enxergando nisso não só uma necessidade heurística do nosso tempo, como uma das formas de democratização do conhecimento ao inserir os agentes históricos locais nas elaborações científicas. Um desafio político “silenciado” durante o percurso histórico brasileiro.

noções e conceitos norteadores para compreender esta categoria e a sua dimensão espacial de forma metodológica.

Segundo as asserções do conjunto de autores do referido artigo, a categoria Formação Social conheceu expressivo desenvolvimento metodológico nas ciências sociais após uma “higiene teórica” que a distinguiu da categoria de Modo de Produção. Esta distinção foi importante para as categorias, uma vez que, não só delimitou seus aspectos e mecanismos, como abriu caminho para compreender a relação existente entre elas. As noções de particularidade (parte x todo) e de concreticidade (abstrato x concreto) relativas à Formação Social só puderam ser desenvolvidas quando postas em distinção com a categoria de Modo de Produção no movimento histórico do qual fazem parte.

Para Sereni (1973 apud SANTOS, 1977), neste discernimento categórico, a formação social é vista como a síntese de todas as dimensões de uma sociedade, uma “unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”. A Formação Social teria o papel de abrigar uma determinada combinação da totalidade - representante de um momento da produção da vida material do homem como um todo, o Modo de Produção dominante em processo – com a história de uma determinada sociedade. A Formação Social seria uma cisão do todo, uma particularidade ou uma variação da manifestação do Modo de Produção dominante que preserva suas características, sendo impossível de compreendê-la em si, uma vez que se trata de um movimento de conjunto.

A ideia de Formação Social como uma variação histórica, uma possibilidade realizada do Modo de Produção, aponta para outro aspecto metodológico que diferencia uma da outra: a materialidade que está vinculada à Formação Social⁹, um processo interminável de sobreposições de modos de produção concretizados de acordo com as possibilidades de sua realização. E este aspecto explicativo das transformações da natureza realizada pelos homens, da razão e das lógicas das ocorrências materiais exigem a referência ao principal componente das relações materiais, a saber, realidade espacial.

⁹ “O conceito de modo de produção está ligado a um modelo *explicativo*, isto é, um conjunto coerente de hipóteses nascidas da consideração de elementos comuns a uma série de sociedades que se consideram pertencentes a um mesmo tipo. Pelo contrario, o conceito de F.E.S. está sempre ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização histórico-temporal” (J.G. GARAVAGLIA, 1974:7 apud SANTOS, 1977:85)

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1977, p.87)

Desta forma, as formações econômicas e sociais podem ser consideradas como bases territoriais onde as formas se superpõem de acordo com a força que as impulsiona a cada modo de produção. Nesta visão sincrônica do tempo, das sucessões históricas, podemos recorrer ao uso da periodização como instrumento para identificar tais forças, e os possíveis desdobramentos de determinada sociedade naquele espaço. Podendo, também, nos auxiliar a identificar o anacronismo presente no conjunto de objetos, devido a distância histórica de sua concretização e à multiplicidade de agentes que produzem o espaço (SANTOS, 2008, p.157).

Embora as formações preservem descontinuidades históricas em suas formas, é a sua operação conjunta que lhe confere o caráter sincrônico e contínuo, em outras palavras como afirmou Roberto Lobato Corrêa (2000, p.123), as formações são “concretizações espaço-temporais diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, particularmente sob o capitalismo, integradas.”.

De forma geral, este anacronismo está majoritariamente associado ao conflito entre as formações espaciais e os modos de produção atuais, os quais procuram maneiras de adentrar às primeiras - processo este que ocorre de forma generalizada mundialmente através da globalização, no qual as capacidades técnicas colocam todos os lugares à disposição de incursões do atual modo de produção, o que nos leva ao encontro à afirmativa de Milton Santos que a história agora tem um motor único, com a mundialização da mais-valia (SANTOS, 2000). É o conflito entre o novo que se pretende sobrepor e submeter às formações sociais - o velho - sua racionalidade¹⁰, criando novas formas com novos conteúdos, ou mantendo as formas, mas alterando o seu papel no conjunto. Este processo é mais visível na cidade, como salientou Corrêa,

¹⁰ “Aqui, é a ideia de racionalidade que comanda a legitimação da autoridade... autoritária. Esta é intrinsecamente favorecida pelo modo de produção na medida em que o movimento interno do capital é dotado de racionalidade própria, organiza o real e lhe confere inteligibilidade. Pouco importa se, efetivamente, essa racionalidade é uma lógica da contradição, uma vez que esta é pouco visível e deixa-se ocultar por uma racionalidade imediata, em geral tomada em termos causais mecânicos, ou em termos sofisticadamente funcionais-funcionalistas. Essa racionalidade mecânica ou funcional conduz a representações científicas do social e do político, tais como aquelas que se exprimem nas noções de planejamento, modelo e organização”, (CHAUI, 1993, p. 49.)

acerca da fixidez da mesma ao inferir que “uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada” (CORRÊA, 2000, p.125)

Se a formação é o lócus onde a racionalidade dos modos de produção se concretiza, onde se reproduz as contradições de seu tempo no espaço, é também o local onde essas contradições se acumulam – um acúmulo resultante de combinações, como mencionadas acima, e por isso, podemos encontrar nas formações antagonismos¹¹ de períodos distintos do desenvolvimento histórico. E assim, podemos pensar a durabilidade do antagonismo presente nas formas e nas relações sociais internas como um desdobramento do impulso exterior inicial. Desdobramento ou desenvolvimento histórico interno que podem não corresponder mais ao impulso externo inicial, porém reproduzindo suas contradições em outras formas e funções. É a continuidade de combinações anteriores que formam a base para as subsequentes combinações.

Desta forma nas formações sócio-espaciais é possível encontrar no espaço e na materialidade não só as expressões de dominantes modos de produção. Se assim fosse, estaríamos afirmando que o espaço só está ao alcance dos agentes hegemônicos, atestando que no espaço não existem expressões representantes e reprodutoras de conflitos sociais, sem perceber que poderíamos estar alinhados a tratar a sociedade como forma homogênea. Quando o que se constata é a coexistência de formas e conteúdos diversos, expressões de agentes hegemônicos e contra-hegemônicos ao longo do desenvolvimento histórico.

As formações sócio-espaciais são realidades complexas e que nos auxiliam a compreender a totalidade histórica existente nas formas e nas relações sociais. O acúmulo de contradições nas formações tende a diversificar ainda mais as formas e a própria estrutura social. Ampliada a faixa da divisão social do trabalho, amplia-se a diversidade de formas e da estrutura social (SANTOS, 1996). Neste quadro complexo, as diversas classes existentes numa formação imprimem suas marcas nas formas, quando não materialmente, marcas imateriais e simbólicas que exprimem as contradições de diferentes períodos. São estas últimas relações que estamos interessados em compreender com o auxílio da categoria Formação sócio espacial. Como as classes

¹¹ Como em nosso caso de estudos onde os resquícios do regime escravocrata ressoam em suas praças e figueiras, ao lado de trabalhadores volantes e semiescravos das novas lavouras de cana-de-açúcar e da construção civil.

não dominantes constroem formas que abrigam as contradições de um tempo? Existe uma correlação entre a persistência das contradições e a persistência das formas?

Estas foram algumas das questões que me motivaram a buscar nesta categoria um caminho para interpretar qual o significado da existência dos Clubes Sociais – ou Associativos – de Raça na cidade de Rio Claro.

3.1. UM SOPRO DE VIDA EM RIO CLARO

Atualmente, a cidade tem dois clubes associativos desta natureza e que se localizam no mesmo lugar desde estabeleceram as próprias sedes: a Associação Beneficente José do Patrocínio e Sociedade Beneficente Tamoio, ambas com sedes próprias desde aproximadamente a década de 1960.

Embora estes espaços de raça tenham sido construídos durante o período populista – o que poderia levar a afirmação que se trata de associações ligadas ao operariado fabril - foi durante a Primeira República que a comunidade negra começou a se organizar, fundando as primeiras agremiações de Raça de Rio Claro¹², apenas na década de 1930 e sem local próprio.

Da escassez de espaços, onde a comunidade negra pudesse expressar-se e socializar-se, surgiram algumas organizações de diferentes finalidades como uma forma de proteger-se da violência institucional que recaía sobre eles.

Consideramos que ao menos dois grandes acontecimentos fazem parte do contexto marginal em que se localizava o negro quando começaram a se organizar em modelos associativos: o primeiro, a expansão do sistema escravocrata para o oeste paulista através das grandes lavouras de café; o segundo, a transição do regime político brasileiro imperial para o regime republicano acompanhado de perto pela implantação do assalariado nas grandes propriedades.

O ajuste espacial da lavoura cafeeira do vale do Paraíba para o oeste paulista foi a responsável pelo “sopro de vida” daquilo que viria a ser a região de “mais rápido

¹² O desenvolvimento das associações de raça na cidade será abordado na Parte II, mas cabe aqui indicar os clubes e os anos de formação: Sociedade Dançante 28 de Setembro (1930), Frente Negra Brasileira-Rio Claro (1932), Sociedade Henrique Dias (1932), A. A. José do Patrocínio (1932), S. D. F. Progresso da Mocidade (1934), S. D. D. Uma Noite de Alegria (1935), Centro Cívico Luiz Gama (1937), S. D. F. José do Patrocínio (1948), Tamoio Futebol Clube (1951) e Sociedade Beneficente e Recreativa José do Patrocínio (1960).

crescimento econômico e populacional” (DEAN, 1977) da época, aplicando neste quinhão as técnicas mais desenvolvidas para a produção e distribuição de café. Neste contexto, nota-se a chegada dos grandes proprietários de terras brasileiros e de grandes contingentes de escravos e colonos vindos das antigas fazendas¹³ e através das políticas imigratórias¹⁴.

Os problemas decorrentes da escassez de mão de obra escrava levaram as classes dominantes, em acordo com as classes políticas, a adotar o modelo norte americano de imigração de mão de obra europeia. A transição de regime de trabalho iniciada por volta de 1850, se concretiza com a oficialização abolição da escravatura de 1888, a nível nacional¹⁵.

A passagem do regime imperial ao regime republicano é marcada por articulações que sustentaram no poder a mesma classe: os senhores de terras, até então monarquistas e escravocratas, ironicamente se metamorfosearam em ‘homens prestativos às liberdades humanas’.

Do impulso inicial do sistema de grande lavoura para Rio Claro e oeste paulista no império, por volta de 1820, passando por todas as formas políticas da história do território brasileiro até o seu estado atual de re-democratização, surgem as incipientes experiências urbanas, nas quais o negro foi inserido de forma marginal, a partir de sua condição de ex-cativo. Submetido a uma série de imposições materiais e imateriais que os restringiram.

¹³ Com a proibição do tráfico internacional de escravos, a saída que as expansões produtivas encontraram foi realizar o tráfico interno de cativos.

¹⁴ A escassez de mão-de-obra nas grandes lavouras encontrou na introdução do trabalho livre e imigrante a solução. “Em 1852, um grande plantador de café, o senador Vergueiro, se decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa. Conseguindo do governo o financiamento do transporte, transferiu oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. A iniciativa despertou interesse e mais de 2 mil pessoas foram transferidas, principalmente de Estados alemães e da Suíça, até 1857” (FURTADO, 1961, p.147). É importante salientar que as práticas realizadas pelo Senador Vergueiro evidenciam uma característica das classes dominantes brasileiras: a fusão entre o poder político e econômico nas instituições públicas.

¹⁵ Porém, em Rio Claro, a abolição da escravatura se deu em oito de fevereiro, realizada pelo grande proprietário de terra, presidente da câmara municipal e prefeito da cidade em 1888, o ardiloso Barão de Grão Mongol, considerada muito mais como uma manobra do que uma postura convicta. (SANT’ANA, 2002)

O agora ex-cativo, porém não liberto, negro, encontrava-se destituído de direitos e de qualquer posse¹⁶ rumo à urbanização, que embora não fosse o caminho mais esperançoso, era a única escolha para muitas famílias. O homem negro conhece uma nova forma de marginalidade neste novo impulso da economia mundial ao oeste paulista. O seu direito à cidade é restrito, sua marginalidade está nas condições ao qual deve se submeter para continuar a participar da sociedade rio-clarense, a exclusão da vida política, o subemprego, os baixos salários e a violência institucional, formam um conjunto que não permitem a ele o acesso e o uso das formas presentes na cidade¹⁷. Como diz Dona Diva¹⁸ “essa é a parte ruim da história”, a boa é que os negros não acatavam e não aceitavam estas imposições. Embora não tenhamos registros de revoltas ou manifestações semelhantes, existem registros e formas na cidade que afirmam a organização da comunidade negra. Bairros, praças e igrejas; músicos, dançarinos, griôs, membros de irmandade, pais e mães de santo.

Se antes existira a tensão social declarada, neste contexto do início de urbanização de Rio Claro ela era silenciosa e realizava-se nas penumbras institucionais do “recém-nascido” discurso da igualdade racial. Na cidade, os negros não só habitavam os lugares mais remotos, como foram impossibilitados de utilizar perenemente qualquer objeto da forma urbana da sociedade de Rio Claro. Eles não tiveram direitos assegurados a nada.

Encurralados aos remotos e distantes bairros da cidade, os negros encontraram um restritivo mercado de trabalho, que priorizava o colono europeu ou o homem

¹⁶Aqui, me refiro à grande parte de ex-cativos que realmente não possuíam nada em seu nome, que não receberam por nenhum trabalho ou indenizações ou recompensações pela desumana condição de trabalho. Porém é importantíssimo deixar evidente que entre os grande proprietários de terras havia a prática de passar a alguns escravos posses como pratarias, ferramentarias, criações e terras. Sendo estas últimas, objetos de manobras políticas malévolas de enriquecimento fraudulento das classes dominantes, baseadas em artimanhas políticas e jurídicas para legitimar tal logro.

¹⁷ Além do código de conduta do século XIX, o negro estava a margem não só do mercado de trabalho formal, como também do sistema de ensino, o que o impossibilitava a maioria da população negra em participar da eleições – pois apenas homens, maiores de idade e alfabetizados tinham direito ao voto. O primeiro instrumental jurídico de proteção à comunidade negra só viria em 1951, com a Lei Afonso Arinos. Até lá, o negro quando não fora atacado pelas instituições estatais, era ignorado por elas.

¹⁸Depoimento de Divanilde de Paula, durante a I Excursão Didática de Capacitação de Coordenadores Pedagógicos da rede municipal de ensino de Rio Claro (2012).

brasileiro branco, o que dificultava não só sua vida material como a possibilidade de juntar-se a qualquer organização de classe. O negro foi apontando como expressão de inferioridade em praticamente todos os setores da sociedade pelo projeto de branqueamento social. Neste processo, além da submissão da força de trabalho do homem negro à restrição econômica, seus símbolos, práticas, crenças, manifestações e conhecimentos também foram alvo de um elitismo que predominava na vida política e cultural da cidade.

Esse era o quadro de marginalização completa à qual a maioria da população negra rio-clarense estava submetida no início do século XX, e desta forma, o esforço deste grupo em participar da vida social dependia de escamotear o processo histórico que os levaram a tais condições.

Essa conjuntura marginal na qual o negro estava inserido pode ser observada em escala nacional, pelo conjunto de particularidade nas formações espaciais. A consciência que a abolição não consolidou a equalização de direitos entre negros e brancos na sociedade republicana demonstra que a marginalização e a exclusão social do negro não era uma particularidade, mas uma generalização que se diversificava a cada situação.

Dado isso, não demorou muito para que a população negra viesse a se organizar. É na passagem do século XIX ao século XX que se fundaram muitos clubes associativos, agremiações e grupos de imprensa, em sua maioria localizada nas capitais, vindo a influenciar organizações em cidades menores posteriormente¹⁹. Num levantamento bibliográfico, Petrônio Domingues, salienta que mesmo em meio ao grande número associações e veículos de imprensa organizados e voltados para informar, conscientizar e a organizar as populações negras, as reivindicações ainda não apresentavam uma conotação político-institucional, que em suas palavras assim se referia: “Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter

¹⁹ No texto de Petrônio Domingues podemos encontrar uma coleção de informações acerca dos períodos em questão. Resumidamente o autor aponta o número de associações e sua data de fundação no período. Em São Paulo 123 associações negras em entre 1907 e 1937. Porto Alegre registrava a criação de 72 agremiações entre 1889 a 1920 e Pelotas/RS com 53 em 1888 e 1929. Algumas associações eram compostas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

Já em relação à imprensa negra, na cidade de São Paulo até 1930 circulavam na por volta de 31 exemplares de jornais desta natureza. Mas cidades como Campinas, Uberlândia/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Pelotas/RS também produziam tiragens próprias.

explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo.” DOMINGUES (2007, p.105).

O mesmo autor concorda com Florestan Fernandes ao afirmar que a politização das organizações negras brasileiras é marcada na fundação da Frente Negra Brasileira em 1931²⁰. Esta entidade viria a cumprir importante papel social para a elevação social da população negra, Domingues(2007) considera, nas estimativas da FNB, que por ela tenham sido arregimentados por volta de vinte mil negros em todo o território nacional através de delegacias distribuídas pelo país. Além disso, a entidade organizou-se a ponto de oferecer à população negra, a nível local, atividades que variavam de acessória jurídica, cursos de formação – alfabetização, artes, política e ofícios em geral - e serviços médicos básicos, além da imprensa própria pelo jornal “A Voz da Raça” (DOMINIGUES. 2007).

A capilaridade da Frente Negra Brasileira não se detinha apenas às capitais estaduais, ela objetivava permear a todas as escalas políticos-administrativas que pudesse. No oeste paulista, onde tensão social era intensa e o aparato político institucional fazia questão em se omitir frente à discriminação e marginalização racial, a Frente logo conseguiu adeptos para instalar ali a Frente Negra Brasileira – Rio Claro, sob a delegação de José Ignácio do Rosário no ano de 1932.

Embora a comunidade negra local já se organizasse através da Sociedade Dançante 28 de Setembro²¹, foi com a Frente Negra Brasileira que a reivindicação pela “elevação dos homens de raça” tomou corpo na cidade, e de onde derivaram outras organizações, tanto políticas, como culturais, com o objetivo da melhoria das condições de vida do homem e da mulher negra na cidade.

Neste momento, na década de 1930, a cidade preserva e reproduz as relações das forças que as formaram. Uma espacialidade configurada por um sistema social birracializado como exposto na tese de Flávia Alessandra de Souza Pereira (2008).

²⁰ Muitos autores utilizam a referencia de Florestan Fernandes relativamente à um quadro mais amplo de ação e projeto político. Reconhecendo a existência de caráter político em organizações antecedentes à FNB.

²¹ Segundo o estudo de Flávia Alessandra Pereira de Souza, a Sociedade Dançante 28 de Setembro foi fundada em 1930. A data refere-se à promulgação da Lei do Ventre Livre no ano de 1871 que garantiu liberdade aos negros nascidos após tal dada. Embora estivessem sob custódia do dono até completarem 21 anos.

Porém, se passados trinta anos a sociedade negra não havia demonstrado sua força política até então, com as agremiações a situação da comunidade negra ganhará novos contornos. Realizações reconhecidas até os dias de hoje.

Iremos considerar o período de 1930 até 1967. Tempo que abarca o nascimento do movimento negro rio-clarense urbano responsável pela reivindicação de um lugar para a coletividade negra na conservadora cidade. É o momento em que o negro não se contentará com o espaço *intermitente* e desenraizado. É tempo de lutar pela fixação, de pertencer e ser pertencido por um lugar. De conter e ser contido por um território.

4. UMA CIDADE PARA POUCOS LUGARES

Os clubes negros preservam desde a sua gênese inúmeros conflitos, articulações e processos ao longo de sua história na cidade. Nesta parte buscaremos sintetizar, através do resgate histórico, o sentido e a natureza das forças e processo que estiveram por trás da construção dos atuais clubes da cidade: Associação Beneficente José do Patrocínio e Sociedade Beneficente Tamoio.

Pretendemos neste capítulo elencar as principais influências externas e internas que deram origem ao movimento negro organizado em Rio Claro, e por sua demanda por um lugar exclusivo de realização e unificação da coletividade negra. Nesta tarefa nos apoiaremos principalmente em relatos orais com integrantes da comunidade negra rio-clarense e nos estudos de Flávia Alessandra de Souza Pereira, e em especial na sua tese de doutorado defendida durante ano de 2008 e intitulada: “Organizações e espaços da raça no oeste paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)”.

Encontrando dificuldades para obter informações, a pesquisadora rio-clarense foi a fundo para descobrir quais forças estiveram presentes na gênese dos clubes sociais e do movimento negro da cidade ao longo da história, analisando todas as notícias que se remetessem à população negra publicadas durante o período de estudo pelos dois principais jornais da cidade: o *Diário de Rio Claro* e o jornal *Cidade de Rio Claro*. Além disso, Pereira realizou entrevistas e análises do acervo pessoas de alguns colaboradores que vivenciaram o período em estudo. A rica coleção de informações, arguições e apontamentos nos servirão de base para o pensamento deste capítulo.

4.1. O BREVE SENTIMENTO DE MUDANÇA – DE 1930 A 1945

A fundação de uma delegacia da Frente Negra Brasileira em Rio Claro é um acontecimento que confere conteúdos à sociedade e ao espaço da cidade. A chegada da delegacia remete ao violento cotidiano vivido pela população negra da cidade de Rio Claro no início da década de 1930. Este acontecimento, também, reflete condições que serão de fundamental importância para a compreensão dos sucessivos fatos deste período, representando pelo menos três novidades para a época: um novo quadro político se configurava no país; nesta nova configuração política e social, o negro havia avançado frente às condições marginalizantes e agora se organizava com objetivos e projetos políticos definidos; as modernizações de transportes e comunicação tiveram

participação nesta ligação entre as associações de raça de cidades do interior do estado com organizações da capital paulista, e de outras localidades.

Iniciado durante o século XIX e se estendendo até meados do século XX, a imigração europeia na região de Rio Claro inverteu a composição étnica, de forma similar a grande parte das cidades do oeste paulista. Uma configuração que indicaria para a predominância da população negra, baseada no grande contingente de escravos que chegaram momentos antes do massivo processo imigratório europeu posterior. Como consta pelos censos de 1920 e 1940²².

É preciso considerar que, ainda que os números possam subestimar ou elevar os contingentes ‘preto’ e ‘branco’ da cidade, tudo leva a crer que, na época em questão, o percentual de brancos era esmagadoramente maior que de pretos, sobretudo em função do intenso processo imigratório do qual Rio Claro foi importante cenário. No contexto local, o grosso do grupo branco, era de fato, formado por imigrantes e descendentes. (PEREIRA, 2004, p.47-48)

Com a maioria da população rio-clarense composta por brancos, não demoraria que os principais veículos de comunicação expressassem abertamente o preconceito racial em suas páginas, expondo valores e situações que se reproduziam cotidianamente nas relações sociais da cidade, situações que a população negra enfrentava sem nenhum aparato jurídico que os protegessem de qualquer opressão desta natureza. É importante ressaltar que o acesso a direitos atingia à maioria da população²³ de Rio Claro, porém para a população negra a repressão e escassez foram mais severas.

Para Flávia Alessandra de Souza Pereira, este contexto é um “cenário clássico” de um padrão de sociabilidade por ela chamado de “sistema bipolar racial tácito”, uma formação social dividida em dois extremos baseados na diversidade entre duas raças. A autora não confere ao termo “raça” sua acepção biológica, mas sim o seu significado numa sociedade que a leva em consideração em suas diversificações culturais, seria a raça como uma elaboração sociocultural. Segundo a autora, a estrutura social rio-clarense estaria submetida a esta divisão entre os negros e os brancos, cada um

²² No ano de 1920 a cidade de Rio Claro tinha um total de 50.416 habitantes, sendo perto de oito mil o número de estrangeiros, já em 1940 o número de habitantes caíra para 47.287 habitantes, sendo a população estrangeira perto da casa dos três mil habitantes. Neste último censo o número de habitantes de cor branca estava próximo de 93% da população, sendo os outros 7% divididos entre pretos (2.898), amarelos (97), pardos (224) e aqueles de cor não declarada (44).

²³ De tantos direitos como o próprio voto. “Do total populacional [de 1940] apenas 8.050 homens e 6.612 mulheres poderiam votar, lembrando que estaria legalmente apto(a) ao exercício do voto quem fosse brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a), alfabetizado(a) e com idade de 18 anos ou mais.” (PEREIRA, 2008, p.40). Se considerarmos o alto índice de analfabetismo que permeava a população negra, pode-se concluir que pouca era sua inserção no sistema eleitoral da cidade, naquele período.

reproduzindo seus símbolos, produzindo e frequentando lugares e realizando determinadas atividades de acordo com uma divisão não só de ordem social, mas racial. Isto leva a mesma a afirmar, que esta é a razão da construção de lugares para os negros e de lugares para os brancos, assim como a existência de times de futebol; grupos musicais “dos negros” e “dos brancos”; escolas de samba; igrejas; entre outras manifestações.

Em outras palavras, nada há de natural quando se tem em questão cor e traços fenotípicos. Ainda que classificar como preto, branco, amarelo ou vermelho pareça ser um dado ‘em consonância com a natureza’, não se pode perder de vista que essa atitude remonta a um sistema de classificação préconstruído, portanto naturalizado, e não natural, já que ‘as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais’ (Guimarães, 1999, p.44). (PEREIRA, 2008, p.131)

Mas, a divisão da sociedade, das atividades e dos lugares na cidade não se dão pela vontade dos grupos raciais, é justamente na definição do lugar do outro que um grupo se sobrepõe, e a hierarquia de poder entre eles se expressa. Os jornais rio-clarenses (*Diário de Rio Claro* e *Cidade de Rio Claro*) eram enfáticos na pormenorização da cultura negra e dos espaços que viesse a ocupar, associando qualquer problema social à questão racial, assim, tornando pouco visível o histórico opressor do qual a população negra foi objeto.

Desta forma, até este período foi a ideia de supremacia racial branca que legitimou a condição marginal do homem negro, que via cada vez mais distante o acesso aos direitos básicos na cidade. São condições que nos ajudam a compreender a razão pela qual homens e mulheres negros buscavam construir seus próprios espaços sociabilidade, lugares para se encontrar e expressar seus anseios e alegrias, e por tal razão, qualquer agremiação que se colocasse a preservar sua cultura frente às investidas homogeneizantes da elite rio-clarense carregaria consigo um ato político, um ato de resistência. Um pensamento que perdura até os dias de hoje, e que atravessou toda a trajetória do movimento negro pela manutenção dos clubes sociais de raça. Como relatou Kizie de Paula Aguiar, em referência à atual problemática do “uso compartilhado” de um dos clubes sociais negros da cidade²⁴

²⁴ O problema em questão é o uso compartilhado do espaço da Associação Beneficente e Recreativa Tamoio – clube que será abordado após o fim da ditadura estadonovista de Vargas. – e uma samba de da cidade, sem o consentimento e sem aviso da prefeitura à comunidade negra que detinha a cessão do terreno. O problema se arrasta por volta de quatro anos, e conta com prejuízos ao prédio e à antigas documentações da associação negra.

E o pessoal se esforça. Igual o pessoal lá no Tamoio. Agora, o espaço é compartilhado com a CASAMBA, é, tomado. Fala que é compartilhado, mas a gente sabe. A gente vê o esforço que a diretoria faz pra gente desenvolver essas atividades lá. “Ah, então vamos fazer uma conferência”. “Vamos fazer um projeto de Tambu e Umbigada lá, vai ser quase seis meses, a cada quinze dias”. A diretoria tem que fazer o enfrentamento com quem está lá invadindo esse espaço. A gente vê o esforço que é feito pra gente fazer essa discussão da igualdade racial nesse espaço. Como esse encontro do fórum que foi lá, o encontro de capoeira - que já aconteceu - é importante. Então, ainda hoje resiste, e pra gente é muito importante fazer essas atividades no nosso espaço. Sempre tem que rolar uma atividade da consciência negra lá, senão parece que não aconteceu, sabe? E vai acontecer, né?! Vai ter um baile no Tamoio, e no Patrô vai ter oficina, samba. Vai ser uma atividade bem bacana. É uma maneira que a gente também tem de dar continuidade, no que o pessoal começou com “tijolinho”²⁵. [...] Foi o irmão da Dona Olga, parece que vendeu a lambreta pra comprar tijolo. Eu sei que tem umas histórias assim, você entendeu?! Então, são umas coisas que, hoje, a gente tem que valorizar. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

Quando a “Frente” chegou a Rio Claro havia apenas uma organização de raça na cidade, a *Sociedade Dansante*²⁶ 28 de Setembro²⁷, a qual, assim como as tantas outras agremiações que serão fundadas neste período, não possuía sede própria. Embora a FNB não tenha influenciado diretamente a comunidade negra pela conquista de um espaço próprio, a sua chegada pode ser considerada um impulso inicial para a população negra se organizar de forma abertamente política, procurando meios para superar a condição marginal que vivia através de um projeto político mais objetivo. Além disso, era constante o trânsito de representantes de outras delegações, e até mesmo da central da Frente, na cidade de Rio Claro, o que demonstrava não só os avanços dos meios de conexão entre São Paulo (capital) e interior, como demonstrava que novos agentes estavam se utilizando destes meios para uma organização mais extensiva no território.

Como impulso, a chegada da Frente Negra Brasileira a Rio Claro logo instigou uma força contrária que questionasse suas atividades, uma força que vinha dos negros

²⁵ O termo “tijolinho” é comum entre os frequentadores dos clubes de raça da cidade. É uma referência direta ao difícil processo de construção das sedes dos clubes sociais de raça da cidade, marcado pela dificuldade em angariar fundos para compra de materiais.

²⁶ O termo “dansante” era comum. À regra ortográfica da época, por tais razões quando nos referirmos aos clubes através dos nomes próprios utilizaremos o termo em sua grafia original.

²⁷ “S.D.D. 28 de Setembro (criada em 1930), S.D.D. Progresso da Mocidade (criada em 1934) e S.D.D. Progresso da Mocidade (criada em 1935) foram organizações cuja finalidade explícita consistiu na promoção de entretenimento dançante-carnavalesco para negros, ou seja, para um público que não tinha acesso às sociedades brancas de Rio Claro.” (PEREIRA, 2008, p.136)

rio-clarenses. Isso pode levar-nos ao mito da “desunião racial” – aquela que alega que a comunidade negra não tem unidade, porém, não é disso que se trata. A FNB era conhecida por dar apoio jurídico dentre outros direitos aos seus filiados, e em troca ela também exercia outra atividade que em muito não agradou aos negros e negras de Rio Claro: uma espécie de juízo de valor favorável aos filiados à Frente, e negativo – até mesmo no modelo branqueador – daqueles que não haviam se filiado. Esta atividade estava muito ligada à confiabilidade que o frentenegrino teria para exercer determinadas funções e empregos, e que os não filiados possivelmente não teriam, e se assim fosse, homens pelos quais a FNB não poderia se responsabilizar.

Para os habitantes de Rio Claro essa atitude foi interpretada, de um lado, como um avanço necessário à população negra, e de outro, como um posicionamento autoritário que transformava o negro em escravo do próprio negro.²⁸ Deste embate nasce a *Sociedade Beneficente e Instrutiva Henrique Dias*, uma entidade que se assemelhava aos objetivos da FNB, porém sem o ímpeto autoritário e partidário da primeira.

Ambas as entidades não possuíam sedes próprias e compartilhavam o espaço de outras agremiações, estando a FNB mais aparelhada à *A. A. José do Patrocínio* enquanto a *S.B.I. Henrique Dias* dividia com a *S.D. 28 de Setembro* a sede no qual estavam localizadas – embora as agremiações estivessem propostas a diferentes objetivos, é provável que as atividades de uma interferissem na outra. E vale ressaltar que mesmo com as divergências entre a FNB e a Sociedade Henrique Dias, membros das duas organizações se reuniam para organizar os festejos do dia 13 de maio na cidade, não em nome da “Princesa”, mas pela lembrança de seus ancestrais. Nas festividades do dia da abolição era organizado o Tambu na Praça do São Benedito.

Esse era o espaço da interação, da motivação, da satisfação e da identidade coletivas. Ali os próprios negros selecionavam o que devia ser incluído ou excluído, o que devia ser lembrado ou esquecido. É nesse espaço, capaz de reunir passado e presente, natureza e cultura, que os negros subvertiam a sociedade abrangente, celebrando sua cultura de matriz africana (Nascimento, 2005 apud PEREIRA, 2008, p.62).

²⁸ Esta é uma questão difícil de responder, e prefiro me alinhar às considerações de Marcio Barbosa que fora citado por Flávia Alessandra de Souza Pereira. A respeito da visão que temos das atitudes da FNB, ele pondera: “Parece-me que a questão é mais ampla. A Frente abrigou diversas tendências, não sem conflitos. Surgiu num período agitado, atravessou uma revolução constitucionalista, viu aparecerem movimentos de esquerda, como a intentona comunista, e de direita, como o integralismo (...) As pessoas que dela fizeram parte mostram que a Frente teve uma existência rica em idéias e atitudes” (Barbosa, 1998 apud Pereira, 2008).

Com a revolução constitucionalista, a comunidade negra teria nova oportunidade para reforçar o valor que as organizações teriam para eles. Independente dos brados da imprensa rio-clarense e de outros setores sociais da cidade, as organizações de raça não enviaram seus homens – e mulheres – para o front da revolução constituinte. Sua participação seria indireta pelo envio de fundos aos combatentes, renda que seria arrecadada em eventos realizados pelas próprias agremiações. Para a comunidade negra local, seria mais benéfico se dedicarem a melhorar suas condições sociais do que se dedicarem novamente à uma empreitada que não lhes garantiria nenhuma benéfices diretas. Neste episódio podemos inferir que parcelas da população negra estavam convictas ao longo da história do país nenhum outro grupo tinha “contribuído” tanto para a construção da nação como os negros. Ademais, a situação de abandono dos ex-combatentes negros da Guerra do Paraguai era um exemplo recente do descaso do Estado brasileiro com as comunidades negras do país. De forma geral, mesmo com a negativa de enviar homens às linhas de combate o movimento negro, aparentemente, sentiu a instabilidade política do período.

Anos depois, algumas notícias relacionadas ao carnaval da cidade voltaram a dar publicidade às atividades da comunidade negra, principalmente pela qualidade que as agremiações imprimiram ao vistoso desfile de 1935 – que assim como nos anos seguintes dividia a competição entre escolas por raça: a disputa das escolas de samba dos brancos; e a disputa das escolas de samba dos negros. Mas é no ano de 1936 que Pereira (2008) encontra um vestígio que esclarece a natureza das relações políticas existentes entre as agremiações de raça de Rio Claro e a classe política da cidade.

Não obstante tamanha dificuldade, por meio da análise da própria imprensa é que surgiu-nos uma importante pista: de que modo os pretos e pretas da cidade conseguiram ter seus *clichês* [fotos] impressos nas páginas do *Cidade de Rio Claro*, por ocasião do carnaval de 1936, num momento em que a publicação de qualquer imagem na imprensa local era tão rara? Tal indagação, aparentemente tão irrelevante, constituiu uma chave metodológica de grande importância na pesquisa. (P.94)

Seguindo este vestígio, a referida pesquisadora chegou ao nome de Humberto Cartolano, uma das personalidades mais influentes na vida social e política da cidade, e um dos proprietários do jornal *Cidade* e da rádio difusora PR2, portanto, uma peça fundamental para compreender tais relações. Indicado a prefeito de Rio Claro pelo Partido Constitucionalista em março de 1935, Cartolano disputou as eleições no ano de 1936 para pleitear a manutenção da prefeitura da cidade, abrindo, naquele momento, a

hipótese de uma relação mais estreita com as agremiações e sociedades, como uma forma de obter apoio eleitoral nas eleições que se aproximavam.

Tudo leva a crer que existia uma ligação clientelista entre as associações negras locais, de um lado, e o chefe político Humberto Cartolano, de outro. Possivelmente, os *clichés* da “gente de cor” que o *Cidade* (jornal de propriedade de Cartolano) estampou em 1936 tenham sido negociados entre as partes de que se trata. Esse possível relacionamento certamente beneficiou ambas as partes: para a gente negra trouxe mais visibilidade, mais prestígio e fortalecimento de dignidade perante os seus e diante da sociedade mais abrangente; para Cartolano proporcionou mais visibilidade no plano local, mais consumidores negros para o seu próprio jornal, mais movimentação para o comércio que ele próprio dirigia e, destaque-se, apoio político do meio negro.” (Pereira., p.95)

A principal oposição à Cartolano era Francisco Penteado Junior, da tradicionalista coligação PRP-PRH - históricos partidos que representavam as classes agrárias dominantes, os quais tinham ao seu lado o outro principal veículo de comunicação impressa da cidade, o *Diário* – não o único, porém o mais enfático meio de propagação do racismo científico que imperava na ideologia dominante da cidade.

Na década de 1930, este foi o período de maior participação política da comunidade negra no futuro político da cidade. Os grupos haviam se fortalecido e principalmente por meio das associações dançantes e se tornavam mais coesos pela identidade, ao mesmo tempo que se politizavam com a consciência de seu valor à política local. Não à toa as agremiações representavam um núcleo importante para a estratégia política dos partidos. Além da organização e influência local, estas sociedades recebiam outras agremiações, o que ampliava a sua dimensão para além dos limites da cidade.

É neste momento que a comunidade negra tem no carnaval da cidade três escolas de samba participantes, e como já havia pontuado Pereira (2008), o desfile era um campo político antes de tudo.

À medida que essas organizações iam reclamando sua participação no carnaval – na realidade, um evento social exclusivo das sociedades brancas de Rio Claro – iam ampliando sua pauta e se tornando desafiadoras de uma estrutura social que em tudo privilegiava os brancos. Foi a partir dessa luta que os grupos carnavalescos se transfiguraram em componentes do movimento negro rioclarenses, ou seja, essas organizações não nasceram já como um movimento social, mas, ao longo de sua trajetória, foram se tornando um movimento social à medida que se defrontava com espaços completamente controlados por brancos e, a partir daí, reclamavam por participação nesses espaços enquanto grupo negro – leia-se grupo racial contrastivo. (PEREIRA, p.136-137)

Porém, esse poder de negociação política que a comunidade havia conquistado através das agremiações associativas se viu abalado com a vitória dos tradicionalistas para a prefeitura, com a eleição de Francisco Penteado Junior da união entre PRP e PRH. É importante contrastar o valor eleitoral do carnaval com o seu valor identitário, para que possamos apreender o que significava para a comunidade negra perder uma de suas principais atividades públicas.

Teve a época que parou o carnaval, que foi por uns 8 anos, no governo do Claudio de Mauro que não teve, né? Tanto é que, eu acho que no ultimo ano de governo dele a gente colocou os blocos na rua, a gente juntou o pessoal da comunidade negra. Veio o mestre Malvino, fez ensaio, a Dona Olga, o Cidão fez um samba junto com o Gilmar. Então teve uma galera que ficou sem referência, assim, de espaço, de território, de comunidade negra. E tem gente nessa idade que tem filho, e não ‘tá’ referenciando. Então a gente que cresceu lá dentro da comunidade, a gente fica com isso né?! Enraizado, e acaba passando. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

O ano seguinte, 1937, foi marcado por intensas manifestações de ordem conservadoras e pelo início de novas investidas contra as organizações de raça da cidade. A exemplo: o enfraquecimento do carnaval local e das pressões pelo fim das comemorações do dia 13 de maio. A opugnação à tradicional festa que relembrava o fim da escravidão na Praça de São Benedito (localizada na Rua 10 com Avenida 15) se tratava na verdade de mais uma forma de expulsar a população negra de regiões próximas ao centro da cidade, que a pouco conhecia sua expansão. Expulsão justificada sob o pretexto de “ajardinamento” da praça.

Sob o pretexto de “ajardinamento” procurava-se, na realidade, eliminar o que se tomava por “manifestação primitiva dos pobres descendentes de escravos de Rio Claro”, pondo fim ao “resquício escravista” já tão ultrapassado e incongruente com a idéia de ordem, de progresso e de modernidade para a época. Tal processo configura um projeto de varrição étnico-racial no meio urbano, pois tratava-se de des-enegrecer o Quilombo (nome original do bairro), lugar que os pretos haviam cunhado como um espaço físico e simbólico próprio no plano local. (PEREIRA, 2008, p.102-103)

Ademais, os avanços dos partidos fascista e nazistas na Europa fortaleciam e entusiasmavam as manifestações e desfiles das colônias europeias locais e suas organizações. São recorrentes as comemorações frente às conquistas territoriais italianas e alemãs, os novos programas de rádio organizados pelo partido fascista rio-clarense, assim como a promulgação de datas comemorativas referentes à memória de monumentos italianos e alemães.

Em 1937, as agremiações mais novas, “Progresso da Mocidade” e “Uma Noite de Alegria” davam poucos sinais de vida, enquanto a conhecida Sociedade *Dansante* 28 de Setembro desaparecia de cena, com poucas informações a seu respeito. Mas o

“desaparecimento” das agremiações surpreenderia o município de Rio Claro em 9 de outubro do mesmo ano com a criação do *Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama*, contando inicialmente com 320 associados. E, novamente, a notificação foi dada em duas páginas completas do jornal *Cidade*, de Humberto Cartolano.

O desaparecimento das atividades da S.D. 28 de Setembro e a pouca atividade das outras agremiações, fazem parte da hipótese que a comunidade negra, frente aos ataques institucionais do governo peerrepista (PRP), fundiu duas agremiações: S.D. 28 de Setembro e a agremiação Progresso da Mocidade. Essa hipótese está sustentada pela presença de membros das duas agremiações na diretoria do Centro Cívico Luiz Gama. Como Hygino de Arruda ex-presidente da S.D. 28 de Setembro e Francisco Franco Arruda – ex-presidente do Progresso da Mocidade, agora instituídos ao cargo de presidente e vice-presidente, respectivamente, da nova agremiação.

Possivelmente com os ataques inferidos pela prefeitura de Rio Claro à comunidade negra exigiram uma nova postura e organização, e por isso o C.C. Luiz Gama parece ter reacendido as atividades de cunho político-sociais que haviam saído de cena com enfraquecimento da delegacia da Frente Negra e da associação Henrique Dias. Este posicionamento, abertamente político, pode ser visto nas atividades realizadas na inauguração da associação quando, o então Secretário Geral da FNB que neste momento era o primeiro e único partido político negro do país –, Francisco Lucrecio, vindo de São Paulo, proferiu a conferência de inauguração do centro, e pelo caráter do estatuto da associação, reproduzido abaixo:

- “1. promover “assistência quotidiana e diligente [para] trazer ao homem de côr” rioclarense “todo o conforto de que necessite na sociedade”;
 2. ser “um reducto de communhão da raça”;
 3. procurar “alfabetisar” quem necessitasse de letramento;
 4. criar um “clima cooperativista” e uma “união beneficiadora” entre os seus;
 5. dar amparo a seu público”
- (*Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937 *apud* PEREIRA, 2008, p.104)

O golpe estadonovista de 1937 viria a abalar novamente as estruturas políticas do Brasil ao extinguir o Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras, assim como os partidos políticos, findando o curto tempo da existência partidária da FNB, se uma grande perda para a população brasileira, perda maior ainda para a população negra na luta pela equidade de direitos. Apagando qualquer possibilidade de aproximação do Centro Cívico às atividades partidárias de escala estadual e nacional.

No âmbito local, o C.C. Luiz Gama manteve-se em diversas atividades, participando tanto das festividades carnavalescas, quanto dando continuidade aos cursos de “alfabetização” para a comunidade negra. No entanto, foi na organização das festividades do “13” e da manutenção do Tambú na Praça de São Benedito em 1938 que o Centro voltou a reforçar seu posicionamento político frente à forças tradicionalistas da cidade, cujo objetivo era expulsá-los do antigo Quilombo. A queda de braço entre a política exercida por Francisco Penteado Junior e a permanência do Tambú na no São Benedito reforça a contraditória concepção de uso do espaço na cidade, uma reflexão da contradição existente entre o tradicionalismo político que buscava homogeneizar e submeter todas as formas ao seu perfil cultural e político – e a comunidade negra que resistia às investidas institucionais contra a memória dos lugares e dos seus antepassados, sob o pretexto do “ajardinamento”²⁹ - intenção de embelezamento que apenas as comunidades não negras viam necessidade.

A esta altura a manutenção do Tambu, no antigo Quilombo de São Benedito, simbolizava o desafio de resistência feito pelos negros e negras frente aos valores das elites tradicionais da cidade. Para eles, derrubar o tradicionalismo político da cidade seria a única forma de se libertar do racismo institucionalizado. E esta possibilidade poderia se realizar por meio dos projetos de bem-estar social que o C.C. Luiz Gama se propusera a construir entre os negros da cidade.

O embate estava escancarado na conservadora cidade, o Tambu e o carnaval continuavam a ser palco de tais conflitos. Não é de se espantar que as classes dominantes resolvessem tomar atitudes mais severas quanto às manifestações negras, e assim foi feito. Em 1939, o carnaval não obteve mais significativos investimentos do poder local, e a tradicional prática do Tambu e as comemorações do dia 13 de maio foram transferidos de lugar, mesmo contra o gosto da comunidade negra. São ações emblemáticas e que abalam não só a estruturação das atividades pelas associações de raça, como destituem da comunidade negra o direito à sua história e aos lugares que lhes

²⁹ Neste embate, é possível encontrar apoio de Humberto Cartolano aos negros da cidade através de publicações que questionavam as ações municipais contra o tradicional samba que ocorria naquele local, representando um desrespeito à população negra da cidade. Mais um episódio da aproximação entre as organizações de raça e uma figura política influente na cidade que teve influencia na permanência do Tambu no ano de 1938. Ademais, uma prova a respeito desta proximidade pode ser encontrada no trabalho de Pereira(2008), uma carta de Aristides Souza Santos fazendo referencia à personalidade de Humberto Cartolano e sua ajuda às empreitadas da comunidade negra, como a cessão de um espaço para localizar sede do Centro Cívico, uma propriedade de Cartolano.

são significativos. É importante evidenciar que a vitalidade e a força das atividades das agremiações eram significativamente dependentes do nível de investimento que o carnaval recebia. Bastando analisar o peso da comunidade negra na política local dentre os anos de 1935 e 1938, anos de destaque do carnaval local. O que, de fato, estava a ponto de acontecer era a extinção de locais onde a comunidade negra tivesse autonomia para expressar sua cultura, seu pensamento e sua política, um lugar onde os acontecimentos fossem escolhidos por eles. Estes espaços estavam ameaçados, pois em nenhum outro lugar da cidade o negro teria o mesmo acesso, e se caso o tivesse, jamais poderia inferir em sua produção. E que poderia comprometer a continuidade das conquistas da comunidade negra, assim como regredir nas demandas, caso perdessem um local onde pudessem se organizar.

Eu acho que a melhor conferência de igualdade racial que a gente teve esse ano foi a que aconteceu no Tamoio. A conferência que teve no Patrô, também, foi muito boa. Então, é diferente, você fazer no espaço, você fazer uma discussão de igualdade racial no espaço da comunidade. Onde a gente colheu mais propostas foi no Tamoio, e foi no Patrô. Então, ainda resiste esta questão: de usar estes espaços pra fazer a discussão racial. Ou mesmo praticar tudo aquilo que a gente pensa na cultura, nas políticas de igualdade racial. Lá a gente tem essa abertura. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

Em 1940, Rio Claro conhece o substituto de Francisco Penteado, o tenente Sólon de Mendonça Rego Barros instituído pelo então interventor estadual Adhemar Pereira de Barros, garantindo a continuidade do tradicionalismo político. Sólon ficaria por mais sete anos à frente do governo municipal, período que desestabilizaria novamente a situação política nacional, e que consecutivamente acirraria o já conservador quadro político rio-clarense. Desta forma os anos que se seguem até 1945 são de dissolução das atividades e associações negras na cidade, sendo quase inexistentes e inexpressivas no governo de Sólon de Mendonça.

Como coloca Pereira (2008, p.128):

Essas duas externalidades, qual sejam, a instauração de um governo municipal moldado pelo perrepismo, por um lado, e o advento da guerra, por outro, foram demasiado negativas para as organizações negras rioclarense, nascidas na efervescente década de 1930. Portanto, no presente trabalho, sustenta-se que essas externalidades negativas, mais o racismo e a discriminação a céu aberto contra os negros (profundamente incisivos e explicitamente publicados, como vimos por meios dos jornais analisados), fragilizaram e constrangeram ao máximo as organizações negras locais, em sua performance e em seus projetos.

De modo geral, até o momento, as “externalidades” foram determinantes para a existência das comunidades negras, e também quanto ao uso do espaço urbano de Rio

Claro. O subsídio do carnaval sustentava as associações da comunidade negra que, ao contrário dos clubes associativos dos brancos, não tinham muitos associados que trabalhavam nas ferrovias ou indústrias da cidade, quiçá uma classe formada de trabalhadores autônomos e comerciantes influentes para financiar os clubes.

Em síntese, foram poucos os anos que o eleitorado negro encontrou oportunidades de desafiar o status político da cidade, sendo apenas nos anos de aproximação de Humberto Cartolano (1934; 1935; 1936 e 1937) os anos mais prósperos e de intensa atividade dos clubes. De toda forma, as fragilidades das associações frente às mudanças do quadro político local, nacional e internacional, demonstram o quão necessário era para os clubes conseguir mais autonomia para dar continuidade aos projetos da comunidade negra e assegurar o seu lugar na sociedade rio-clarense. Acordando com a afirmação de Pereira (2008, p. 118):

A partir dessa relação de causalidade, concluímos que o conjunto de atividades e demandas do meio negro rioclarense sempre foi condicionado pelo que chamamos de externalidades do poder local. Assim, na sua relação com esse poder em Rio Claro, ora os negros se beneficiam de externalidades favoráveis, ora são golpeados por externalidades desfavoráveis – sendo a segunda situação muito mais freqüente.

4.2. CONCRETA PERSEVERANÇA – 1945 A 1967

A fase que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial – com a derrota do nazifascismo – a nível mundial, e com o fim da ditadura Estadonovista de Getúlio Vargas – a nível nacional, é esperançosa para a comunidade negra. O declarado combate contra o preconceito racial que ascendia no mundo com os aterrorizantes feitos nazistas; com as lutas pela igualdade racial nos EUA e África do Sul; e pela luta por independência dos países africanos se disseminavam pelos países ocidentalizados, e logo chegou a Rio Claro. Assim, como os ares de um período populista-democrático objetivado a restituir a liberdade e a igualdade jurídica e política entre os brasileiros, vindo a refletir na reabertura do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais e Municipais. Acompanhadas pelo reordenamento partidário e eleitoral no país e pela ampliação de aparatos jurídicos que protegesse a população negra do preconceito de raça, como a lei Afonso Arinos de 1951.

Os ideais de progresso chegavam a uma Rio Claro que pouco mudara, demograficamente e nos padrões de sociabilidade. De acordo com o censo de 1950,

93% da população se autodeclarava branca, 5% se identificavam negros, e o restante da população – entre amarelos, PARDOS e não identificados – somavam aproximadamente 2%. Essa composição, e seu método de coleta de informações, indicam para a continuidade de um padrão bipolar tácito de sociabilidade que pode ser observado na pequena faixa de pardos ou mestiços, e pela identidade presente nas afirmações de pertencimento de raça com a autodeclaração. Isso demonstra que o ideal da nação brasileira, fruto da mestiçagem, ocorria mais no nível de discurso que efetivamente na cidade de Rio Claro (Pereira 2008).

Entre 1945 e 1960, no meio urbano de Rio Claro, os negros continuaram a marcar os espaços da raça, o que teve importância determinante na construção de circuitos racialmente personalizados, e na vivência do próprio padrão de sociabilidade negra. Não obstante os esforços do Estado e de setores da elite intelectual nacional para construir a raça dos brasileiros, em Rio Claro, na prática, negro seguia sendo negro, e branco seguia sendo branco, cada qual com seus símbolos, com sua sociabilidade e com sua espacialidade, no entorno da respectiva raça. (p.152)

Outro dado importante nesta transição é a continuidade do ideal nacionalista da ideologia estatal, porém desta vez identificava a necessidade de inferir na luta contra o preconceito racial. A disseminação deste pensamento no território pouco alterou a realidade de Rio Claro, embora abrandasse as publicações da imprensa e manifestações racistas mais explícitas, a discriminação racial mantinha-se operacionalmente viva na cidade, sendo reconhecida agora por formas mais eufemísticas de expressão.

A difícil absorção de negros pelo mercado de trabalho local e nas instituições de ensino formal na cidade, amplamente discutidas por Wandico Norberto e Aristides Souza Santos em artigos de jornais publicados – militantes importantes do movimento negro local pelos direitos da população negra sintomatiza essa situação que perdurava em Rio Claro. Essa condição inclusive, como apontou Aristides, foi a principal razão da condição econômica subalterna do negro na cidade, pois diferentemente das populações europeias e de seus descendentes, os negros não tiveram acesso à educação formal e muito menos a constituir uma classe de pequenos proprietários ou profissionais autônomos donos da própria força de trabalho. Para os negros e negras da cidade a única forma de subsistência encontrada foi a venda direta e informal de sua força de trabalho. Não à toa, o pequeno grupo que trabalhava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro formava a classe média negra.

Em resumo, a inserção do negro e do imigrante branco, numa sociedade capitalista reproduziram as estruturas sociais do tempo do cativo até a década de 1950 de forma direta, com a marginalização da população negra rio-clarense. Porém,

desta vez as possibilidades pareciam mais promissoras aos “homens de cor” de Rio Claro, dedicados, novamente, a desafiar a estrutura política da cidade³⁰.

Como dito acima, no período pós-45 havia um espírito mais democrático em Rio Claro e no país como um todo – se comparado a todo o histórico do país até então. Um acontecimento na cidade de São Paulo foi significativo quanto a este sentimento de abertura política para a população negra: Quando em uma “concentração monstro”, como foi noticiada pelos jornais da época, se encontraram negros de diversas partes do estado e ali não só se identificaram, mas trocaram experiências e estabeleceram novas demandas políticas para um novo tempo que se firmava. Registros jornalísticos apontam a presença de negros rio-clarenses nesta expressiva reunião. Um indício que, mesmo silencioso aos meios de comunicação, os negros continuavam a articular-se intermunicipalmente, e a debater suas demandas locais a partir de uma discussão mais generalizada.

Mas o movimento negro local haveria de ser estimulado por outra novidade deste período. Nas eleições municipais de 1947 o negro voltaria a ter direito ao voto, e ainda mais, naquele ano o homem negro poderia se candidatar. O que aumentaria em muito as possibilidades de realizar mudanças efetivas na estrutura política local. Porém, mesmo aspirando a uma mudança na estrutura política da cidade, as relações de aproximação com influentes homens de poder ainda se fazia necessário.

O primeiro negro a se candidatar em Rio Claro foi Wandico Norberto, afiliado a União Democrática Nacional (UDN).

Ocorrida em 1947, a candidatura de Wandico Norberto (destacado militante do movimento negro rioclarense [...] ao legislativo municipal é um divisor de águas, na medida em que personifica um marco inaugural histórico na corrida ascensionista negra pelos cargos políticos municipais em Rio Claro. [...] não nos resta dúvidas de que tal candidatura ligava-se à pessoa de Humberto Cartolano. Em 1947, Cartolano era o candidato a prefeito da UDN em Rio Claro.

E Aristide Souza Santos, mais tarde deu continuidade à ascensão política do movimento negro, como demonstra Pereira (2008, p. 152)

³⁰ Através do engajamento político e da contínua organização da comunidade negra na cidade, foi na década de 1950 que Rio Claro conheceu os primeiros candidatos a vereadores negros, assim como o corpo de jurados do fórum criminal da cidade passou a ter três representantes da comunidade negra para avaliar seus crimes.

A candidatura de Aristides liga-se ao influente Augusto Schmidt Filho, candidato a prefeito pelo PTB em 1951, político local com quem as organizações negras se relacionaram amplamente nos anos 1950 e 1960 .

É nesse contexto local e nacional que as agremiações de raça – que estavam próximas de desaparecer em meados da década de 40 - foram reordenadas. Esse resgate deu origem aos clubes sociais de raça existentes até os dias de hoje: A *Sociedade Dansante José do Patrocínio* e o *Tamoio Futebol Clube*. A primeira fundada em 1948 e remodelada a Sociedade Beneficente em 1960, e a segunda fundada três anos depois, em 1951, como o primeiro time de futebol negro da cidade. O movimento negro de Rio Claro voltava a dar sinais de vida, e buscava novamente seu espaço na cidade.

Como nas antigas agremiações o intuito primeiro das entidades era fornecer entretenimento e recreação às famílias negras da cidade por meio de bailes, concursos, festividades do dia 13 de maio, caravanas intermunicipais e pelo tradicional cordão carnavalesco. Pois como vimos anteriormente, o carnaval e os bailes tiveram papel fundamental na expansão do movimento negro da cidade.

No entanto, a população negra ainda encontrava velhas dificuldades para manter seus projetos ou realizá-los com mais autonomia. A escassez de recursos era constante e, por essa razão, o movimento negro recorria à ajuda de políticos e comerciantes da cidade para angariar fundos para financiar os cordões, concursos, candidaturas e encontros como o de São Paulo. As recém-criadas entidades tinham um quadro de associados que pagavam mensalidades, porém estas não subsidiavam por completo algumas atividades do movimento.

O caso das sedes é representativo deste problema, e revelador das novas relações de aproximação política que se desenhavam entre a comunidade negra e o poder local. Como as sedes temporárias dos clubes sociais de raça não comportava o grande número de participantes dos bailes e festividades, não era raro que os eventos fossem transferidos para o ginásio local. Como a transferência necessitava de autorização da prefeitura e a submissão às normas por ela imposta, com o decorrer dos anos, tal dependência se tornou um obstáculo para o desenvolvimento das entidades. Este obstáculo só poderia ser resolvido com a conquista de um espaço próprio para o desenvolvimento da coletividade negra local.

Para Pereira (2008) a razão da ocupação de espaços temporários pelos negros está sustentada nas diferentes formas como foram introduzidos e se reproduziram os negros e os migrantes na sociedade de classe do início do século XX. Segundo a autora, a diferença de condições para a ascensão social do colono frente à marginalização do

negro retardou a formação de uma camada mais abastada e politicamente mais influente dentro desta população de Rio Claro. Na comunidade negra, a classe média se formou somente entre as décadas de 1930 e 1940 quando alguns trabalhadores negros entraram para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, porém encontrando dificuldades no conservador quadro político da cidade, sendo esta a razão principal pela qual os negros não possuíam nenhum espaço próprio e exclusivo da raça e mesmo aqueles espaços que possuíam, os negros foram expulsos como o Largo do São Benedito e a Chácara dos Pretos³¹. A falta de um lugar onde a comunidade pudesse se realizar está diretamente relacionada à escassez que lhes foram impostas durante toda a sua história no país. A solução, certamente não viria pela inserção do negro no mercado de trabalho, mas pela mobilização política da comunidade.

Para os militantes do movimento negro da cidade, a condição histórica de miséria a que foram submetidos falavam por si só, e justificavam o direito da coletividade negra por uma política compensatória que concedesse aos negros um lugar que pudessem agir com autonomia e fixar a identidade da comunidade, um lugar que os representasse. Os negros responsáveis pela protocolação da reivindicação foram Amaro Faria, Aristides Souza Santos, Nelson Caetano, Osvaldo Augusto e Wandico Norberto – trabalhadores da Cia Paulista de Estradas de Ferro.

Afirmando constantemente seu pertencimento e sua condição de raça, esses atores pressionaram diretamente o poder local com o firme propósito de construir a tão sonhada sede social do negro em Rio Claro. [...] Esse grupo, essencialmente motivado por identidade e resistência raciais, ao invés de buscar distância social e cultural dos negros menos abastados, passou a vida toda construindo e investindo em projetos de congregação da raça no plano local. (Pereira, 2008, p.181)

A reivindicação viria pelas mãos do então candidato a prefeito de Rio Claro, o próximo Humberto Cartolano. As relações que haviam sido construídas e aproximadas

³¹ Em Rio Claro prevalece até hoje uma problemática que remonta aos últimos anos do período escravocrata: quando uma significativa porção de terras fora doada em testamento pela única herdeira da conhecida Fazenda da Palmeiras. Neste testamento a então viúva Maria Thereza de Jesus doou a maioria de suas posses, inclusive o direito à liberdade para os trabalhadores cativos de sua fazenda, a quem doara terras e demais posses. Durante um curto período de tempo as terras permaneceram em posse dos herdeiros de ex-escravos vindo a se caracterizar com um espaço da coletividade negra rioclarense. Não demorando muito para que a aristocracia local se utilizasse de diversos artifícios e mecanismos para apoderar-se de tais terras. Neste espaço materializam-se os conflitos que secularmente marcam a formação desta cidade, e a ilegítima, mas legal expulsão dos negros daquele lugar evidencia o posicionamento das instituições que regulam o Estado brasileiro. Para maior aprofundamento ver os trabalhos do historiador local Paulo Rodrigues e a monografia de Ângela Sabino do Nascimento (2005).

nos difíceis anos da ditadura Estadonovista haviam perdurado até 1954. E mais uma vez, o candidato udenista aproximava-se das novas organizações de raça através de mais um apoio com o projeto de lei 25-54, o qual estabelecia a sessão de terreno para “os homens de cor” por quarenta anos. É importante ressaltar que as relações clientelistas entre Cartolano e o movimento negro estão incluídos na tese de Pereira (2008), quando define que existem partes desiguais negociando interesses, nestas relações clientelistas. No caso, a saúde das antigas agremiações dependia dos investimentos de Humberto para se manter, ao passo que, o mesmo via nas agremiações uma potente força que o auxiliaria nas eleições locais. Podemos afirmar que essa relação se repete no contexto de 1954, quando Cartolano apoia a demanda dos negros em troca de apoio eleitoral no futuro. Esta foi a última negociação de Humberto Cartolano com a comunidade negra local, pois este viria a falecer em 1956, um ano antes do decreto de cessão dos terrenos aos “homens de cor”. Mas como relembra Kizie, a princípio o terreno não continha o valor imobiliário de hoje

Eu fui no encontro de clubes sociais negros, e lá eles falaram exatamente dessa questão: que a maioria dos clubes sociais negros estão hoje em áreas nobres hoje. Assim como onde é o Tamoio. Antes era a região do leprozário, ninguém queria morar ali, perto do cemitério, então, era desvalorizado. Agora, hoje quem compra um terreno ali no bairro do estádio?! É caríssimo! Ali onde está o Patrô. E nos outros locais é a mesma coisa: no Rio Grade do Sul tem um clube que fica bem no centro da cidade, é um casarão. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

Com a morte de Humberto Cartolano, um novo personagem se aproximaria da comunidade negra, o recém-eleito, pelo Partido Democrático Trabalhista, prefeito Augusto Schmidt Filho. Essa aproximação parece ter sido de intensa negociação, pois em 1957, o carnaval seria apresentado em curso único, ou seja, era o fim do carnaval de preto e o carnaval de branco, pelo menos institucionalmente. O fim desta divisão representava para os negros a maior das oportunidades de se afirmar na estrutura social, impondo todo seu conhecimento musical e sua criatividade para os grupos que, a todo momento, subestimaram qualquer habilidade e conhecimento que a população negra viesse a demonstrar. Era o espaço em que o negro desafiaria o *status* prevalecente durante toda a sua história.

Este episódio revelou um apreço de Schmidt Filho pelas escolas de samba da comunidade negra, uma vez que através do fomento à escola de samba e do carnaval constituía num apoio eleitoral futuro para o então prefeito de Rio Claro. Segundo alguns

relatos o próprio Augusto Schmidt criou uma lei de fomento à escola de samba da cidade, o que teve muita importância para a comunidade negra³².

“ai lembra da época do Schmidt?” Daí... do Tamoio. Eu acho que o Tamoio, fez mais esse lance assim, de ir conversar com político para pedir terreno, sabe? Eu acho que acompanhando o contexto da época. Para brigar por espaço, por território, isso e aquilo... a Tia Néia mesmo, fala. Ela mostra as fotos da mãe dela com o “seu Schmidt”, que foi quem realmente doou o terreno. Que deu os dois terrenos. Quando tinha os bailes, ela conta que teve um baile - quando não estava pronto o Tamoio - lá no ginásio de Esportes. Tem esse lance que fazia baile em outros lugares.

Tem foto da mãe dela dançando com o prefeito da época. Então eles já tinham essa organização. Sempre teve que se relacionar no meio político, de alguma forma. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

A aproximação entre as partes esclarece o contexto no qual a população negra conseguiu os terrenos para a construção de suas sedes. Em dezembro de 1957 seria promulgada a lei nº567, que daria a cessão de terreno para o Tamoio Futebol Clube e a Sociedade Dansante José do Patrocínio – vide que a mudança de nome da entidade só ocorreria em 1960.

A conquista do terreno era a concretização de uma das etapas da construção de um espaço definitivo, exclusivo e autônomo da coletividade negra. Agora imperava a necessidade de erguer suas paredes antes que o tradicionalismo político da cidade conseguisse retomar o terreno cedido. Era tempo de conseguir juntar o maior número possível de braços e materiais para se realizar um sonho que fora tão distante.

Embora parecesse ser a mais simples das tarefas a serem realizadas - frente ao percurso político que o movimento negro teve de realizar nestes anos – ela seguiu-se estrategicamente durante dez anos, sobrevivendo até mesmo às investidas iniciais do Golpe Militar de 1964.

Os meios de arrecadação de fundos para a construção das sedes continuaria dependente do apoio externo das classes mais ricas da cidade ou por apoio de políticos locais³³ – personalidades que viriam a ser homenageadas pelos clubes em suas

³² “É importante sublinhar que, se se considera Voz do Morro e Cacique do Samba unilateralmente como o ingrediente reluzente do populismo de Schmidt, perde-se de vista o formato identitário-mobilizacional dessas organizações e, por conseguinte, sua capacidade de: (a) estruturar coletivamente os atores; (b) formar desafiadores (ou seja, sujeitos que elaboram e endereçam demandas coletivas aos membros políticos estabelecidos); (c) subsistir enquanto coletividade organizada – tudo isso, ressalte-se, enquanto minoria quantitativa e política, numa cidade esmagadoramente branca como Rio Claro.” (Pereira, 2008, p. 189)

³³ Com o Golpe Militar de 64 a comunidade negra se viu próxima de um regresso semelhante ao golpe estadonovista de 1937, situação que não ocorreu, uma vez que, o governo militar mantivera o Congresso e

atividades. Outras vezes, a arrecadação se dava por meio de eventos dos próprios clubes na cidade, como: quermesses; bailes; festivais; etc. A dependência econômica ainda mantinha os negros sob estas circunstâncias por mais que as associações tivessem no seu quadro de sócios por volta de 200 afiliados pagantes, e por mais que ansiassem pela finalização das obras, era preciso manter a estratégia até o final.

Então, para nós é um espaço importante não só por uma questão física, mas pelas lembranças que a gente tem lá - Taína: que esperamos que fique lá -, é. Porque uma geração já perdeu, a dos meus irmãos mesmo. Essa geração, não tem nenhuma referência, nenhuma referência. Hoje mesmo, se eu falar, “ah vai ser o lançamento do samba enredo, lá na GRSIFS.”, nossa eles nem ligam. Enquanto a gente fica ali, se organizando, esperando o dia chegar. Por exemplo: vai ter o baile dia 16 de novembro, então a gente vai meio que se programando. Mas para eles não tem um vínculo, não tem um vínculo. Mas a gente vê que os pequeninhos já tem, desde pequeno. Acaba tendo uma identidade. O Luther, meu filho, tem essa referência: o Tamoio com a Umbigada e o Patro com o carnaval, então é assim que tá, é essa a referência, ele sabe: “ah vamo no ensaio da escola de samba lá no Patro, vamo dança umbigada no Tamoio. E a gente tinha essa referência, também na nossa época: “vamo na domingueria do Patrô”, “vamo lá no samba, na “72 horas”, ou no desfile, tudo lá no Tamoio”, era assim. Mas teve um geração que ficou parada. Infelizmente. (Entrevista com Kizie de Paula Aguiar em 01/11/2013)

O processo de construção dos clubes exigiu a presença e a cooperação de toda a comunidade negra. Para a realização dos bailes as mulheres negras se desdobravam para organizar todas as atividades que iriam angariar fundos para a construção da sede. Já os homens se organizavam em mutirões para erguer o clube a cada fim de semana. Durante dez anos, uma parte da população de Rio Claro se dedicou integralmente para construir um lugar que jamais tiveram desde que aqui chegaram seus antepassados. A cada tijolo, telha ou vidro, há uma história por detrás: uma doação, a rifa da geladeira ou da lambreta do companheiro mais, tudo dedicado à construção de uma coletividade e de um espaço que a mantivesse unida.

as Assembleias estaduais e municipais. Porém, o movimento negro regrediu quanto à ascensão político-institucional com a cassação da suplência de Waldomiro de Araújo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as reflexões apresentadas, posso considerar que na formação da cidade de Rio Claro o sistema racial bipolar tácito foi condicionante para os novos impulsos externos que aqui chegavam e que agiram de forma muito mais severa sobre a população negra, por meio das ideologias que a todo o momento buscavam ignorar a divisão social entre as raças, ou legitimá-la através do racismo científico. Suprimindo qualquer manifestação ou ascensão da população negra aos já escassos direitos existentes no Brasil. Situação que levou a coletividade negra a inserir-se na política local por meio de relações clientelistas, para dar andamento ao seu projeto e se fixar na cidade em 1967, com os clubes sociais de raça José do Patrocínio e Tamoio.

Levando em consideração as colocações de Kizie de Paula Aguiar, podemos considerar que, mesmo distantes, os valores e os objetivos que deram origem àqueles objetos estão na base de muitas ações da coletividade negra atual. Desde as estruturas físicas e relações políticas à identidade sedimentada no penoso processo de construção das sedes. Sendo esta última um dos elementos que reforçam a identidade do grupo na cidade.

Para tanto não dispomos a operacionalizar conjuntamente as ideias de memória coletiva e formação espacial, com o intuito de trazer à superfície como as ideias e contradições fundadoras daqueles objetos se reproduziam, e davam continuidade a um impulso inicial gerado pela resistência e identidade da própria comunidade negra. Um desafio de difícil resolução que certamente demanda por mais tempo de trabalho e entrevistas para realmente inferir com maior precisão sobre quais mecanismos a coletividade negra local reproduz e se identifica a partir da luta inicial de conquista por um lugar exclusivo da raça negra na cidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: memória de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 12.ed. 1998

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. Livraria UNESP, 1998.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Livraria UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo [orgs.]. **Dominios da historia: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 7 reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

CASTRO, Bernadete A. C. . Memória e território: patrimônio cultural negro em Rio Claro SP.. In: 28ª RBA Desafios Antropológicos Contemporâneos, 2012, São Paulo. 28ª RBA Desafios Antropológicos Contemporâneos. São Paulo - SP: ABA/PUC - SP, 2012. v. 01.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Editora Cortez, São Paulo, 1993, 6 ed.

CORREIA, Roberto Lobato. **Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil**. Revista Território, Rio de Janeiro, n. 8, 2000.

COSTA, Everaldo Batista da. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. 2008.

DEAN, Warren. Rio Claro: um Sistema brasileiro de Grande lavoura (1820-1920); trad. De Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977.

DE FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Editora Humanitas, 2006.

DE MORAES FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Ed.). **Usos e abusos da história oral**. FGV Editora, 1996.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, v. 12, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1969.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Ed. da Unicamp, 1996

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. Edições Loyola, 2005.

PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. **Poder Local e Representação Política: Negros e Imigrantes no Interior Paulista (Um estudo sobre o Município de Rio**

Claro-SP). Dissertação, Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

NASCIMENTO, Ângela Sabino - **Os espaços negros na cidade de Rio Claro-SP.** Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. IGCE/UNESP. Rio Claro. 2005.

PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. **Organizações e espaços da raça do Oeste Paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960).** Tese de Doutorado. Dissertação (Doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SANT'ANA, José Roberto . **Ocultos e Excluídos: Ensaio sobre a História de Rio Claro no século XIX.** In <http://www.claudiodimauro.com.br/dimauro/userfiles/file/biblioteca/santana.pdf>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, 1977.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996.